


PRÁTICAS DE DOCENTES OUVINTES COM ALUNOS SURDOS: CONCEPÇÕES, CONSIDERAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE QUALIDADE

Mariane Souza Menezes de Araújo Alves

Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz





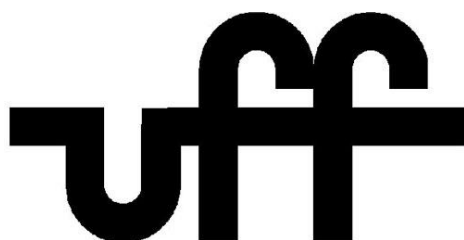
**PRÁTICAS DE DOCENTES OUVINTES COM
ALUNOS SURDOS:
CONCEPÇÕES, CONSIDERAÇÕES E
ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE
QUALIDADE**

Mariane Souza Menezes de Araújo Alves

Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz

2022

Niterói



ISBN



SUMÁRIO

**PRIMEIRAS
PALAVRAS**

4

PREFÁCIO

7

INTRODUÇÃO

9

CAPÍTULO 1

11

CAPÍTULO 2

17

CAPÍTULO 3

19

CAPÍTULO 4

26

CAPÍTULO 5

33

CONSIDERAÇÕES

51

REFERÊNCIAS

54

PRIMEIRAS PALAVRAS



Tudo começou com a inquietação de uma pessoa surda, com identidade e cultura surda, que enfrentou inúmeros desafios ao longo de sua trajetória familiar, social e acadêmica. Até que, em 2019, teve início uma meta ainda mais desafiadora: enfrentar o processo seletivo e chegar até o final do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, na Universidade Federal Fluminense, renomada entre as diversas instituições de ensino superior do Brasil.

Ao longo do curso, muitas disciplinas a cursar, pesquisas a desenvolver, textos em língua portuguesa para ler, sendo essa sua segunda língua, aulas em português com a participação de Intérpretes de Libras e Português, uma das amostras do curso em termos de diversidade e acessibilidade, prática docente para comprovar.... Tudo isso em meio a uma pandemia causada pelo Coronavírus, momento delicado para pesquisadores, cientistas, sobretudo, para seres humanos, diante de momentos sensíveis e até, por que não dizer, sem perspectivas no porvir...

Esses enfrentamentos impactaram diretamente na vida pessoal, profissional e acadêmica de Mariane Alves. Mesmo assim, a pesquisa assumiu lugar de fala e temos como resultado um produto decorrente de sua pesquisa de mestrado, um livro criado para despertar no leitor reflexões sobre a importância da atuação docente na vida escolar de um aluno surdo; para dialogar com o leitor sobre fatos e verdades sobre alguns temas importantes para a educação de surdos, tais como a história dessa comunidade, a cultura desse grupo de pessoas sinalizantes, cuja identidade e cultura se revelam, principalmente, por meio das mãos, das expressões faciais e corporais e de recursos visuais. Afinal, a Língua Brasileira de Sinais é um meio de comunicação gesto visual da comunidade surda, garantido e reconhecido pela Lei de Libras (BRASIL, 2002).

Neste livro, o leitor vai encontrar registros de uma autora surda, em conjunto com sua orientadora, ambas preocupadas com a formação inicial e continuada de professores e de profissionais que atuam ou atuarão na educação de surdos, de modo que possam, a partir da



leitura o livro, optar por um dos caminhos: a. trilhar o caminho em prol do aprendiz surdo, de suas necessidades e garantias conquistadas por lei e por lutas, atuando, de fato, nessa e por essa causa de ensino baseado na perspectiva bilíngue – Libras e Português escrito – ou b. percorrer o caminho que invisibiliza o sujeito surdo dentro e fora do contexto escolar e o rotula dentro de uma categoria em que se inserem “aqueles que não aprendem”, “aqueles que não sabem nada”.

Agora a pergunta é para você, leitor: Você aceita o desafio de caminhar conosco para a formação pedagógica e integral do aluno surdo?

Siga conosco e será um de nós!

Osilene Cruz

PRIMEIRAS PALAVRAS



Nasci com surdez profunda. Utilizo Língua Brasileira de Sinais – Libras e a escrita da língua portuguesa como segunda língua. Não tenho histórico de familiar surdo, sou única surda.

Aos três anos de idade, meus pais me matricularam no Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES e foram informados pela Diretora sobre outra escola regular na cidade de Nilópolis. Eles começaram a fazer o curso de Libras para se comunicarem comigo. Aos seis anos, meu pai me ensinava e fazia muitas atividades de alfabetização, ajudando-me a escrever em letra bastão. Minha mãe me ensinava conteúdos de matemática. Aos dezenove anos, em 2014, concluí o Ensino Médio pelo INES. Fui orientanda por meu querido professor de Matemática, chamado Edson Akira Yahata, para prestar vestibular para Letras-Libras na UFRJ.

Fiz o vestibular e fui classificada em 4º lugar. Ingressei no curso de Letras-Libras, aperfeiçoei minha formação com cursos de extensão na área de Libras e Linguística. Depois de quatro anos, concluí o curso e fui diplomada em Licenciatura em Letras – Libras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 2016, fui convidada por uma amiga para assistir sua apresentação sobre bilinguismo no curso de Pedagogia realizado no INES. Achei bem interessante o tema, por isso, comecei a investigar sobre educação bilíngue. Depois de um ano, fui convidada para dar uma palestra sobre Libras e Cultura Surda na Escola Municipal Presidente Castello Branco, em São Gonçalo, onde recebi por todos os professores bilíngues. Na ocasião, observei a atuação da professora bilíngue com alunos surdos durante a aula.

Ainda nesse ano, durante uma visita familiar em Rondônia, conheci a Escola Estadual Santa Ana, localizada em uma cidade pequena em Alvorada d'Oeste. Fui bem recebida por todos os professores e intérpretes de Libras nessa escola e descobri que os professores desconheciam a Libras e a Cultura Surda. Fiquei surpreendida por essa situação. Resolvi pesquisar sobre a formação de professores na educação de surdos, tema que se transformou no projeto de um curso de Mestrado no futuro.

Em 2019, já havia concluído o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Libras pela Uniasselvi e comecei trabalhar como professora particular de Libras como L1 e L2 para alunos surdos. Nesse mesmo ano, fui aprovada no processo seletivo do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense. Após o ingresso, enfrentei uma pandemia provocada pelo coronavírus e continuei a pesquisar na área de Formação de



Professores na Educação de Surdos, por isso, temos aqui um livro que busca levar o leitor a refletir sobre questões teóricas e práticas da formação docente inicial e continuada para atuar com aprendizes surdos e sobre saberes de professores ouvintes que enfrentam o desafio de ensinar aprendendo e aprender ensinando.

Quer saber mais?

Converse com Mari e com Osi nas próximas páginas.

Sua presença aqui é fundamental!!!!

Mariane Alves



PREFÁCIO (convite)



INTRODUÇÃO

Olá, tudo bem?

Que bom encontrar você aqui!!!

Nesta seção, Mari e Osi irão
apresentar o livro a você!

Aproveite suas leituras!!!!

Osi: Mari, tudo bem?

Sabe-se da importância da atuação do professor em todos os contextos educacionais, sejam públicos ou privados, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior e a Pós-Graduação. O que você acha disso?

Mari: Na verdade, a importância se torna ainda mais significativa quando percebemos a carência e a necessidade de profissionais com formação adequada para atuar no contexto educacional de alunos surdos. Sobre essa temática que vamos conversar aqui, pois partimos de informações baseadas em pesquisa, ou seja, queremos saber, entre outras questões dos saberes necessários à atuação docente em classes de surdos, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em escolas regulares e bilíngues. Precisamos contribuir com os estudos voltados para a educação de surdos, no sentido de evidenciar a formação do professor na educação de surdos. Não é verdade?

Osi: Pois é... fala-se tanto em saberes de docentes, mas quais seriam os principais saberes que professor ouvinte para um ensino eficaz e relevante a alunos surdos?

Mari: Para responder sua pergunta, vamos precisar levar em consideração documentos jurídicos que amparam o ensino bilíngue para surdos em todos os segmentos, desde as séries de alfabetização até a pós-graduação, principalmente, o que está bem claro na Lei 10.436/2002 e no Decreto de Libras 5626/2005, no que se refere à importância da Libras como língua de comunicação e expressão da comunidade surda e como língua de instrução nos contextos educacionais. Então, a formação do professor perpassa por essa questão linguística, se não, ele não vai se adequar ao contexto escolar do Ensino Fundamental que recebe o aluno surdo.

Osi: E por que esses documentos são importantes nesse cenário?

Mari: Bom, a Lei Federal nº 10.436/2002 reconhece a Libras como Língua oficial dos movimentos de surdos e marca um histórico de vitórias diante de muitas lutas pelos direitos dos surdos no Brasil e pela conquista da identidade surda. O Decreto 5.262/2005, por sua vez, busca assegurar a educação de surdos e formação de profissionais capacitados para trabalhar em na educação de surdos.

Certamente, Osi, a proposta de educação de qualidade para alunos surdo pode se tornar, de fato, verdade, se houver investimento em políticas públicas e ações dos diferentes sujeitos da



comunidade escolar, entre eles, a formação de professores bilíngues para que esses profissionais possam conhecer a cultura e a comunidade surda.

Osi: Verdade, eu concordo com você! É de suma importância a presença de profissionais bilíngues proficientes em Libras e Língua Portuguesa para interagirem com os alunos surdos em sala de aula, pois a comunicação promove melhores condições de ensino-aprendizagem para os alunos surdos.

Mas não é exclusivamente isso: Em um mundo cada vez mais globalizado, discute-se, em diversas esferas sociais, a inclusão de pessoas com necessidades especiais, as quais em outro tempo não eram observadas com a devida atenção.

Mari: Sim, Osi, temos também a Lei Brasileira de Inclusão nº. 13.146/201, que é uma grande conquista para a comunidade de pessoas com necessidades especiais. A partir dessa lei, a inclusão social deve ser garantida como um direito de ser e existir e reflete nas políticas públicas voltadas para essa população.

No âmbito educacional, é necessário que as universidades desenvolvam o aprimoramento de professores na busca da qualificação para receber alunos surdos. A atuação de professores bilíngues para a educação dos alunos surdos proporciona, além da educação, a inclusão social e a independência dos surdos para exercer sua cidadania.

Osi: Então, vamos falar seriamente sobre esse assunto neste livro?

Mari: Sim, claro, vamos trazer contribuições sobre saberes de professores ouvintes para atuarem na educação de surdos no Ensino Fundamental em classes comuns. O e-book contém informações necessárias para esses professores no sentido de lhes oferecer subsídios com informações sobre educação de surdos, questões culturais e linguísticas inerentes da comunidade surda, formação pedagógica e estratégias de ensino adequadas para atender as demandas desse público-alvo.

Osi: Mari, e como saber, como chegar a respostas pontuais sobre a importância de saberes de professores ouvintes que atuam ou atuarão na educação de surdos?

Mari: neste espaço, vamos mostrar algumas respostas que foram obtidas a partir dos próprios docentes ouvintes de alunos surdos. Trazemos informações de professores ouvintes, que cursam graduação e pós-graduação no INES, verificamos seus conhecimentos em relação à educação de surdos, ao ensino na perspectiva bilíngue (Libras e Língua Portuguesa escrita) e ao uso de estratégias e de criação de materiais didáticos adequados para esse grupo de aprendizes.

Vamos lá!!!!



CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL HISTÓRICO

Neste capítulo, vamos participar da conversa entre Mari e Osi, com foco em informações gerais sobre a comunidade surda. Aproveite suas leituras!!!!

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Mari: Osi, a comunidade surda já passou por muitos desafios e sofrimentos... até chegarmos ao momento atual, em que se vislumbra a perspectiva bilíngue, temos muitas histórias... Vamos resgatar alguns dos principais momentos?

- 🧐 Na antiguidade, no Egito, os surdos eram adorados por deuses, trabalhavam entre eles e os Faraós. Os egípcios acreditavam que os surdos se comunicavam com deuses e os egípcios achavam que eles eram estranhos, porque a comunicação deles era diferente, por isso, os respeitavam. Segundo Strobel (2009, p.18), no Egito e na Pérsia, os surdos eram considerados criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, acreditavam que se comunicavam em segredo com os deuses.
- 🧐 Na Grécia, os surdos eram obrigados a morrer, por não terem o mesmo tipo de comunicação e linguagem que as outras pessoas e não receberem educação, eram incompreendidos e condenados à morte. Na China, eles eram jogados no mar, os chineses pensavam que os surdos eram abandonados por Deus. Durante a Antiguidade, os surdos eram castigados, desprezados e rejeitados.
- 🧐 De acordo com Strobel (2009, p.18), não possuíam linguagem tampouco pensamentos, pois “(...) de todas as sensações é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdos-mudos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão, [Aristóteles] ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar”. Honora (2014) destaca que, no século XII, havia uma concepção dos romanos e gregos de que os surdos não eram humanos por não falarem. Entendia-se que os surdos não conseguiam pensar.

☺ A partir da Idade Média, a educação europeia influenciou o resto do mundo com suas idéias e práticas pedagógicas. É interessante quando se compara a história, em uma mesma época, porém em dois lugares diferentes. Na Europa, a educação de surdos deu os primeiros passos que influenciaram mais tarde os demais países em suas práticas educacionais. A Igreja Católica se reuniu com alguns monges que se dedicavam ao ensino para surdos.

☺ **Pedro Ponce de Leon (1520-1584)** – viveu na Espanha e foi o primeiro monge beneditino espanhol que usava sinais básicos para se comunicar com surdos. Segundo Moura (2000), Pedro Ponce de Leon ensinava surdos filhos de famílias nobres a ler os lábios, a falar, a rezar e a conhecer as doutrinas do Cristianismo. Dessa forma, a linguagem criada para os surdos tinha uma função catequética e doutrinária. Outra função da “fala dos surdos” é que Ponce de Leon ensinava os surdos primogênitos das famílias nobres a falarem, para terem direito às heranças. Ele criou uma escola para professores de surdos e para os próprios surdos na Espanha.

Estudos de Goldfed (1997, p.25) revelam que “(...) o monge Beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon, ensinou quatros surdos nobres a falar grego, latim e italiano, além de ensinar física e astronomia e desenvolveu um método de educação de surdos que envolvia o alfabeto manual, a escrita e a oralização e criou uma escola de professores para surdos”.

☺ **Juan Pablo Bonet (1573-1633)** - foi um padre espanhol, educador e pioneiro na educação de surdos. Bonet publicou o primeiro livro sobre a educação dos surdos em 1620, em Madrid, com o título Redução das Letras e Arte de Ensinar a Falar os Mudos. Ele criou o alfabeto manual.

Figura 1. Alfabeto de Juan Pablo Bonet



Fonte: acervo digital Unesp¹

☺ **Charles Michel L'Épée (1712-1789)** - o educador conheceu duas irmãs gêmeas que se comunicavam e ensinava os surdos em sua própria casa. Criou juntamente com os surdos os “Sinais Metódicos”, as combinações de língua de sinais e gramática francesa sinalizada.

¹ Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65523/1/I02_t02.pdf

Em sua proposta, defendia que a língua de sinais construía a linguagem natural dos surdos, pois era possível de estabelecer comunicação e o desenvolvimento da mente. Publicou o primeiro dicionário de sinais. Em 1760, em Paris, na França, L'Epée fundou no Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, atualmente Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, que se tornou a primeira escola gratuita para surdos.

Figura 2: Primeira escola para surdos em Paris



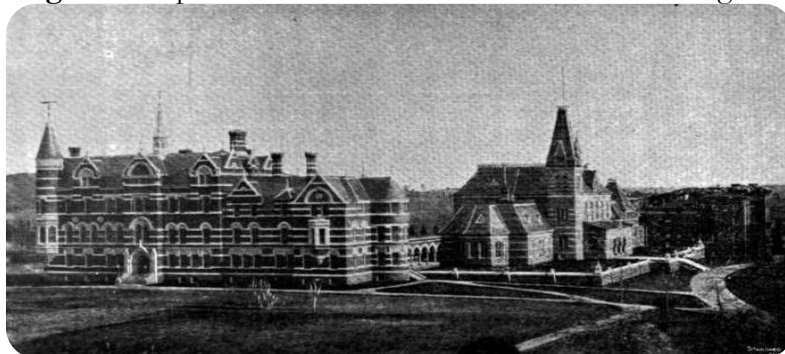
Fonte: acervo digital Univás²

- 😊 **Thomas Hopkins Gallaudet³ (1787-1851)** – filho de Thomas Hopkins Gallaudet, o educador conheceu uma criança surda, Alice Gogswell, sua vizinha, que não conseguiu estudar, pois não tinha uma escola própria para surdos. Gallaudet resolveu planejar uma escola para surdos nos Estados Unidos, viajou para a Europa e buscou métodos de ensino. Retornou aos Estados Unidos com o professor surdo Laurent Claerc, melhor aluno do Instituto Nacional para Surdos de Paris. Em 1864, Thomas Hopkins fundou a Escola Gallaudet para Surdos nos EUA, utilizando o léxico da Língua de Sinais Francesa com a estrutura da Língua Francesa, adaptado para o Inglês e a ASL (Língua de Sinais Americana).

² Disponível em: <https://www.univas.edu.br/docs/biblioteca/Instituicao-Relatos-e-Lendas.pdf>. Instituição, Relatos e Lendas: **Narratividade e Individuação dos Sujeitos** / Organização por Eni P. Orlandi. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016. Disponível: <https://www.univas.edu.br/docs/biblioteca/Instituicao-Relatos-e-Lendas.pdf>. Acesso em: 02/04/2021.

³ Disponível em <https://connecticuthistory.org/gallaudets-vision-advances-deaf-education/>

Figura 3: A primeira universidade Gallaudet em Washington⁴



Fonte: acervo digital Alchetron

Osi: Uau, quantas informações enriquecedoras!!!! Na verdade, é o berço histórico de uma trajetória muito importante para a comunidade surda. Mas, e no Brasil, como se deu a educação de surdos, Mari?

Mari: No Brasil, a educação de surdos começou com a família real, na figura do Imperador Dom Pedro II, que tinha um neto surdo, filho da princesa Isabel. Ele solicitou ao professor francês Huet, mestre muito experiente, para vir ao Brasil e, juntamente com Dom Pedro II, fizeram a proposta para fundar a primeira escola para surdos no Brasil, atualmente localizada no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Fundado em 26 de setembro de 1857, teve como primeiro nome Instituto dos Surdos-Mudos e atualmente tem o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Na época de sua criação, o Instituto atendia surdos de outros estados, não somente da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 4: Imperial Instituto dos Surdos-Mudos

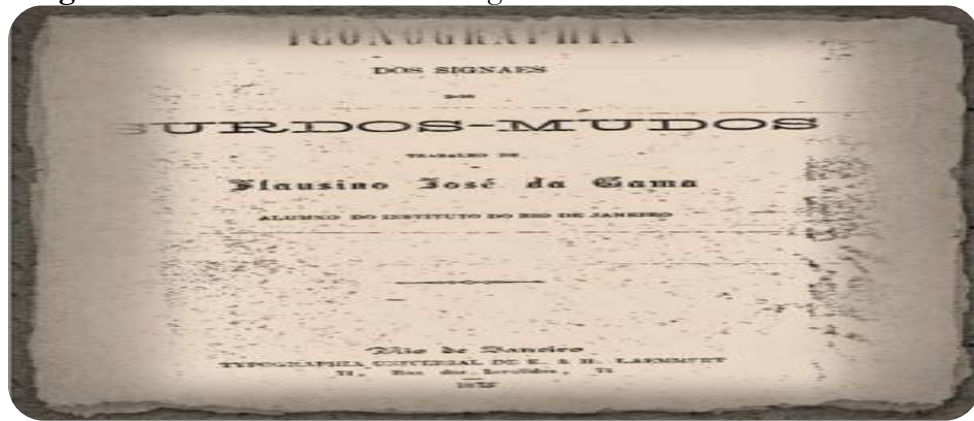


Fonte: acervo digital Arquivo Nacional Mapa

⁴ Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/747-instituto-dos-surdos-mudos>. Acesso em 10/09/2022

- ☺ O Instituto teve, então, seu primeiro diretor um surdo, Huet que incentivou o uso da língua de sinais brasileira, influenciada pela língua de sinais francesa, por isso, muitos sinais em Libras são oriundos de língua francesa, por exemplo o sinal de falar, que é consolidado pela letra p.
- ☺ Em 1875, Flausino José da Gama, ex-aluno do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, aos 18 anos, publicou o primeiro dicionário de língua de sinais no Brasil “Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos”.

Figura 6: Primeiro dicionário de Língua de Sinais no Brasil



Fonte: acervo digital Arara Azul


Osi: Muito legal.... Parece que tudo ia bem até que ocorreu um evento desastroso... Conta para nós sobre isso.

Mari: Em 1880, durante o Congresso de Milão, na Itália, houve a proibição de uso da língua de sinais nas escolas e, após a votação, tornou-se obrigatória a adoção de uma filosofia de ensino chamada Oralismo. Com isso, a educação dos surdos enfrentou muitos obstáculos, entre eles, a proibição do uso da língua de sinais, que perdurou por cem anos e levou a educação dos surdos a um grande fracasso naquela época.

Osi: Verdade! Foram anos cheios de decepções e retrocessos, de fato. Mas a situação começa a mudar no século XX, não é verdade? O aconteceu, Mari?

Mari: Fora do Brasil, na década de 1960, o pesquisador e linguista americano, William Stokoe (1919-2000), realizou vários estudos e revelou que a língua de sinais possui todas as características das línguas orais. Publicou a estrutura da linguagem, um esboço do sistema de comunicação visual de surdos americanos. Ferreira (2000) dialoga sobre isso e destaca que:

[...] Em 1960, temos o início do desenvolvimento metodológico e tecnológico para confecção de aparelhos auditivos; também neste mesmo ano, com base em pesquisas básicas seminais e de seu Instituto de pesquisas linguísticas na Universidade Gallaudet uma linguística americana, Willian



Stokoe, demonstra através de pesquisas que a língua de sinais é uma língua com todas as características das línguas orais, conferindo à língua de sinais, status de língua. (FERREIRA, 2000, p. 16)

Em 1969, ganha espaço uma filosofia chamada Comunicação Total, adotada pela Universidade Gallaudet. Isso porque o presidente da Universidade Gallaudet resolveu proteger a língua de sinais no campus e evitou o banimento da língua de sinais. Por volta das décadas de 70 a 80, evidenciam-se estudos mais aprofundados sobre a educação de surdos. Segundo Carvalho (2017), a língua de sinais somente passou a ser bem aceita a partir do ano de 1970.

A pesquisadora Ivete Vasconcellos se dedicou ao estudo sobre a Comunicação Total, entretanto, essa perspectiva de ensino não gerou bons resultados por parte dos aprendizes surdos. Na década de 1980, diante do insucesso, teve início uma abordagem de ensino chamada Bilinguismo, que ganhou espaço nas décadas seguintes, com novas pesquisas, por exemplo, da professora Luciana Ferreira Brito (1993).

Osi: Como se pode ver, no Brasil, percebemos a existência de três principais abordagens pedagógicas e entre elas há divergências – Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. Tudo isso trouxe muitas reflexões sobre a melhor metodologia de ensino. Que reflexos temos sobre essas trajetórias educacionais?

Mari: Na década de 1990, alguns movimentos político-pedagógicos e sociais em nosso país impulsionaram a redação e a aprovação de documentos importantes, por exemplo, a *Política Nacional de Educação Especial*, em 1994. Tendo como base os princípios da democratização da educação, que a garantem como um direito de todos e um dever do Estado, na área da educação de surdos e motivado pelos movimentos das comunidades surdas e por pesquisadores da área da educação de surdos, em 2002, ocorre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pela Lei nº. 10.436/2002, como meio de comunicação e expressão da comunidade surda, e a regulamentação dessa lei pelo Decreto de Libras, Decreto nº. 5.626/2005.

No Brasil, em 2022, comemoramos 20 anos da Lei de Libras, de sua existência e resistência, promulgando à comunidade surda, através do Decreto nº 5.626/2005, o direito a uma educação bilíngue, da oferta obrigatória aos alunos surdos, desde a Educação Infantil, uma educação bilíngue na qual a Libras é a primeira língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, é a segunda.

Osi: Como se pode verificar no resgate histórico, a história da educação de surdos, ao longo dos tempos, vem discutindo e refletindo, em meio a muitas controvérsias e divergências de opinião, sobre a didática mais coerente com o aprendizado dos surdos: se o Oralismo ou o Bilinguismo. Não se pode negar que o processo de ensino e aprendizagem deve valorizar, também, a formação do docente e de profissionais dedicados ao ensino para esse público-alvo. Vamos precisar refletir sobre essa formação de professores bilíngues, mas, antes, vamos nos dedicar a um assunto muito especial: cultura surda...

Vamos lá?

CAPÍTULO 2 - CULTURA SURDA

Neste capítulo, o foco da conversa entre Mari e Osi é cultura surda.

Aproveite suas leituras!!!!

Osi: Mari, parece existir um senso comum no sentido de que não há uma cultura surda em um país de ouvinte, mas há.... Só que essa cultura surda é diferente da cultura ouvinte, permeada por características distintas e por uma língua estritamente espaço-visual, diferentemente da cultura ouvinte, oral-auditiva. Os surdos (sinalizantes) são pessoas que não ouvem e, por conta dessa especificidade, priorizam os aspectos visuais da língua, no caso, a Libras, portanto é diferente das pessoas ouvintes que utilizam recursos sonoros para se comunicarem. E qual é a sua opinião sobre isso?

Mari: Olha, é preciso ter cuidado com o uso do termo linguagem de sinais, quando, na verdade, a intenção é expressar língua de sinais. É indevido confundir os significados de língua e linguagem, como se tivessem a mesma denotação, pois linguagem especifica a capacidade do ser humano de se comunicar e língua é um conjunto de palavras organizadas por regras específicas, como é o caso da Língua Portuguesa, da Língua Brasileira de Sinais e de outras línguas.

Osi: Isso mesmo... A Língua Brasileira de Sinais é uma língua, regulamentada por lei no Brasil (BRASIL, 2002) e definida “como meio de comunicação e expressão da comunidade surda”, ou seja, por meio dessa língua e de sua estrutura gramatical própria, ocorre comunicação entre os pares surdos e pares não surdos. Nesse sentido, os surdos sinalizantes usam a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua.

Mari: Retomando, então, a temática sobre cultura surda, é importante destacar que a língua é uma das principais características da cultura que envolve um grupo de surdos e não utiliza a Língua Portuguesa de forma oralizada.

Nídia Limeira de Sá (2002) trata desse conceito e destaca cultura como um campo de forças subjetivas que dá sentido ao grupo. Então, na construção social da surdez, através das interpretações baseadas na cultura majoritária que ocorre a valorização do modelo ouvinte, principalmente no processo escolar dos surdos.

Para Sá (2002), trata-se de uma imposição subjetiva (às vezes até objetiva) sobre as identidades dos surdos, sobre sua subjetividade, sobre sua autoimagem, ou seja, poderes são



exercidos para influenciar os surdos a perderem sua identidade de surdo, para que sua diferença seja assimilada, disfarçada, torne-se invisível.

Osi: Perfeito, Mari... e, considerando-se que a cultura é processo de autolibertação progressiva do homem, como defendem Aranha e Martins (2003), as manifestações artísticas suscitam a criatividade e podem propiciar aberturas no processo cultural, tendo em vista a celebração da diversidade (TORRES, 2018). Por isso, é importante que profissionais da educação possibilitem o acesso à cultura e à identidade surda, como previsto no Plano Nacional de Educação - PNE (2014). Mas como lidar com isso no chão da escola?

Mari: É preciso criar e divulgar os materiais produzidos em Libras com foco na Educação Bilíngue para que professores tenham contato e adquiram os conhecimentos sobre cultura surda. Uma educação voltada para estudantes surdos precisa considerar a língua de sinais como artefato cultural, incluindo nesse rol objetos, tradições, valores, normas, produtos do povo surdo, pois são importantes para a disseminação de sua cultura.

Osi: Strobel (2008) fala sobre isso e apresenta oito tipos de artefatos culturais: experiência visual, linguística, familiar, literatura surda, vida social e esportiva, artes visuais, política e materiais, portanto o sujeito produz seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o que o cerca.

Compartilhar a cultura surda, então, implica interagir com sujeitos surdos em sociedade, comunicar-se em Libras, reconhecer e utilizar elementos próprios da vida desses sujeitos que se reconhecem como surdos. Vale ressaltar que dentro de uma comunidade surda existem vários grupos sociais, como os negros surdos, índios surdos, as pessoas surdas de diferentes gêneros e estrangeiros surdos. O que cabe a nós percebermos, então?

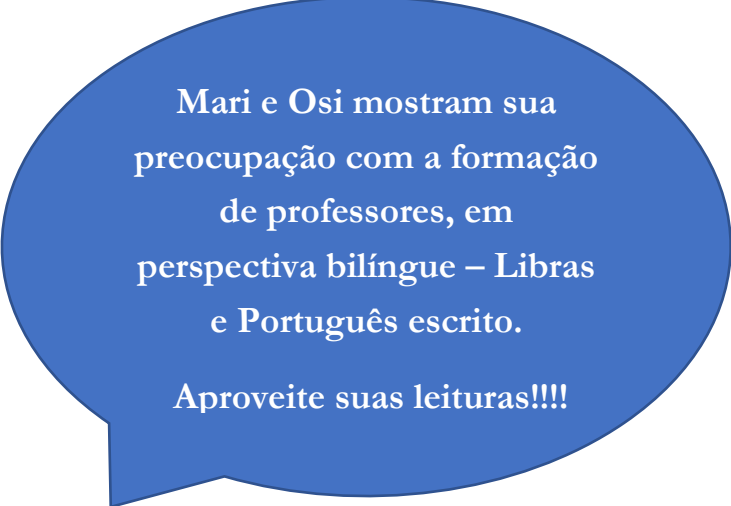
Mari: Que a comunicação dessa comunidade é majoritariamente visual, os surdos têm maior visão periférica, tendo a língua de sinais como língua natural. Nesse caso, não faz parte da identidade desse grupo o uso da linguagem oral como o Português, de gestos ou mímica, que podem ser usados por quem não é usuário da Libras.

É importante destacar que a comunidade surda não é constituída exclusivamente por surdos, pelo contrário, nela integram pessoas ouvintes como intérpretes, professores, amigos, parentes entre outros, que utilizam a língua de sinais para interação e não a língua oral.

Quando uma criança surda chega à escola bilíngue para surdos ou à escola regular com turma inclusiva sem domínio ou uso da língua de sinais, ela se comunica através de gestos. Essa situação pode ser contornada se os docentes tiverem conhecimentos sobre identidade surda, desenvolverem rapidamente a aprendizagem dessa criança e a fluência na língua usada na escola para que ela consiga se comunicar e interagir com seus pares.



CAPÍTULO 3 - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES BILÍNGUES



Mari e Osi mostram sua preocupação com a formação de professores, em perspectiva bilíngue – Libras e Português escrito.

Aproveite suas leituras!!!!

Osi: Mari, após anos de exclusão, os surdos passaram a contar com um importante amparo legal, para estudarem e se comunicarem, de forma acessível, utilizando linguagem e didáticas favoráveis à aprendizagem. Estamos nos referindo à Lei de Libras (BRASIL, 2002). De acordo com Rossi (2015), a Licenciatura no Ensino Superior é de suma importância para os futuros educadores de crianças e adolescentes surdos, pois eles necessitam de qualidade no processo de ensino-aprendizagem por meio da língua de sinais.

No seu ponto de vista, como se dá a formação de professores de alunos surdos?

Mari: Verdade, avançamos nas últimas décadas, embora o atual conjunto de textos oficiais que compõem a política de educação bilíngue para surdos apresente uma clara ambiguidade na hierarquia de princípios e objetivos que definiriam o foco da educação inclusiva para surdos. Sobre o reconhecimento da necessidade da educação bilíngue, defende-se a transformação de práticas pedagógicas excludentes em inclusivas e que a aceitação das diferenças assegurará a aprendizagem (ALVES; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010, p. 22).

Osi: Concordo e acho válido, mas, para que isso, de fato, ocorra deve-se investir na capacitação adequada do docente para lecionar em uma turma de alunos surdos, trazendo maior segurança para os discentes por estarem presenciando aulas coerentes com suas especificidades comunicativas e que favorecem seu desenvolvimento da aprendizagem. Então, o professor capacitado para ensinar alunos surdos em Libras deve ter também conhecimento e formação específica para o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua.

Concordo com Lodi (2013), quando a pesquisadora argumenta que isso só é possível se houver a inclusão de disciplina curricular específica sobre essa temática nos cursos de formação de professores para atuarem nos anos iniciais de escolarização, como no Curso de Pedagogia, e nas Licenciaturas em Letras – Língua Portuguesa, para os que irão atuar nas demais séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio.



Mari: E eu concordo com você... Na verdade, como defende Rosa (2011), a escola é um dos poucos lugares onde crianças surdas podem ter maior contato com pares surdos e maior conhecimento sobre sua cultura e identidade, uma vez que o convívio com a família de pessoas ouvintes e não sinalizantes não produz conhecimento desejado sobre esses aspectos tão importantes.

Nesse sentido, a formação do professor bilíngue deve promover esse elo, favorecendo o encontro com o seu semelhante e ampliando sua percepção no tocante a sua cultura. O professor bilíngue tem a capacidade de estimular os alunos com informações e experiências que vão auxiliá-los na construção da sua identidade.

Osi: No contexto atual, há que se considerar, Mari, a preocupação com a formação profissional para o trabalho, afinal, não se pode ignorar o papel da comunicação eficiente na relação professor-aluno, determinante em todos os resultados de aprendizagem. O processo de formação de professores bilíngues é desafiador, uma vez que o domínio da língua de sinais, da língua portuguesa e das respectivas escritas ou expressões exige esforço e dedicação e faz desse profissional um agente diferenciado e indispensável na educação dos surdos, certo? Ao longo dessa “empreitada teórica”, a qualidade escolar deve ser percebida sob o ponto de vista acadêmico e político.

Mari: Sim!!! Nos estudos de Sander (1995) as esferas acadêmica e política podem ser analisadas a partir de quatro construções: eficiência, eficácia, efetividade e relevância. O que isso significa:

- 😊 Eficiência diz respeito à maneira correta de se utilizarem os recursos disponíveis, sendo, portanto, um critério essencialmente racional e econômico. Eficácia constitui a capacidade das pessoas e das instituições de buscar atingir as metas e os objetivos propostos. No âmbito da educação, de acordo com Sander (1995), a eficácia deve ser concebida como critério de desempenho pedagógico, de natureza intrínseca e instrumental, medido em termos de capacidade administrativa, para alcançar os fins e objetivos da prática educacional.
- 😊 A formação de professores para educação de surdos conquistou muita relevância nos últimos anos, pois, na comunidade surda, muito se discutiu sobre a disciplina obrigatória de Língua Brasileira de Sinais nos cursos superiores de Licenciatura e Fonoaudiologia e sobre os requisitos do professor que atua com alunos surdos, sobre suas estratégias bilíngues de ensino e fluência no par linguístico Libras e português escrito.

Osi: É necessário que professores de surdos tenham conhecimento de Libras e da gramática de Libras para que possam se comunicar com alunos surdos e ensinar com qualidade, além de conhecer aspectos e características culturais e identitárias desses alunos, tanto em contexto escolar bilíngue quanto regular com turmas inclusivas. Essas reflexões nos mostram como o papel do professor é crucial no processo de desenvolvimento do aluno surdo...



Mari: Simmmm, claro!!!! Na verdade, ainda temos que pensar que o papel do professor passou por drásticas mudanças, ou seja, de transmissor de informação, tornou-se o facilitador do processo de aquisição de conhecimento. Rodrigues (2008) aponta isso e salienta que a dimensão das competências está atrelada ao “saber fazer”, isto é, o conhecimento específico que o professor necessita ter para conduzir, com sucesso, processos de intervenção em contextos realmente diversos.

O papel do professor na educação bilíngue deve compreender também o uso de metodologias de ensino adequadas e baseadas em Libras e Português. Nesse contexto, a utilização da Libras como primeira língua deve permear o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, independentemente da disciplina escolar e do uso de recursos, como jogos, por exemplo.

Osi: Pois é... Tudo isso partiu de um marco importante para a comunidade surda: o reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei nº 10.436/2002. Esse reconhecimento possibilitou outras medidas, mediante as reivindicações da comunidade surda, para o acesso à educação e ao atendimento bilíngue, em que se priorize a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Não podemos esquecer que o Decreto nº 5.626/2005 aborda várias medidas, entre elas, a obrigatoriedade da inclusão da Libras como disciplina nos cursos de Licenciatura. Olha como está apresentado no Decreto:

Art.9º Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas. (BRASIL, 2005)

Mari: A partir desse Decreto, as instituições de ensino superior foram obrigadas a incluir a disciplina de Libras como obrigatória nos cursos de licenciatura, algo de suma importância, de acordo com Rossi (2015), uma vez que futuros educadores atuarão junto a crianças e adolescentes surdos carentes de ensino de qualidade no processo de ensino e aprendizagem, utilizando a Libras como língua de comunicação e de instrução. Nesse sentido, o ensino adequado para o surdo pode tornar-se uma realidade mediante profissionais bilíngues bem formados, com conhecimento de estratégias de ensino, executadas em Libras por professores que reconhecem a cultura surda e a comunidade surda. No Decreto nº 5626/2005, Art. 5º, está bem claro que:

A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. (BRASIL, 2005).

Osi: Essas questões nos levam a uma reflexão importante, no sentido de que há previsão nos documentos jurídicos para a formação docente, em cursos de graduação e pós-graduação, de forma que o professor esteja apto para atuar em contextos escolares, em que



o uso da Libras seja frequente como disciplina curricular e como língua de instrução ao aprendiz surdo. No Art.7º do Decreto, está claro que, caso não haja professor com graduação ou pós-graduação com enfoque em Libras, o ensino dessa disciplina em cursos de Ensino Superior poderá ser ministrado por

III – professor ouvinte bilíngue: Libras – Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação. (DECRETO/BRASIL, 2005)

Mari: Nossa!!!! Quantas reflexões, não, Osi? De acordo com nossa conversa, concluímos que, para que o professor atue de forma bilíngue no ensino para surdos, é imprescindível a proficiência em Libras e o domínio das duas línguas Libras e Português. Lembro aqui uma crítica de Albres (2012) sobre isso e o reforço sobre a prioridade de pessoas surdas, usuárias e proficientes da língua de sinais ministrarem em Libras cursos de formação de docentes, garantindo maior contato para o aprimoramento da competência linguística em Libras. Ai, sim, se tornam, de fato, bilíngues.

Na verdade, o contato com o docente surdo ou com o par linguístico surdo possibilita o entendimento da cultura surda, da especificidade linguística, do uso de gírias, por exemplo, enfim, de conviver no mundo surdo.

Osi: Mari, sabemos da importância da formação inicial do profissional que irá atuar com alunos surdos e que há legalmente uma obrigatoriedade com relação à oferta da disciplina de Libras em cursos de Pedagogia, principalmente. O que você levantou em seus estudos sobre isso?

Mari: Osi, fiz um levantamento da oferta da disciplina de Libras em todas as universidades federais que ofertam o curso de Pedagogia no Brasil. O resultado não foi muito animador, porque demonstram cumprir uma questão legal, jurídica obrigatória e não uma preocupação com a educação e com o ensino de fato.

O levantamento apontou que a carga horária da disciplina obrigatória de Libras é muita pequena, sendo em maior parte, apenas uma disciplina na grade curricular nas universidades públicas. Soma-se a isso que a grade de disciplinas não apresenta outras disciplinas específicas na área de Libras.

Vale ressaltar a importância da disciplina de Libras em um curso de Pedagogia, uma vez que o profissional Pedagogo irá enfrentar desafios, ao se deparar com alunos surdos. Se os licenciandos quiserem se tornar professores bilíngues na educação de surdos, pode ser complicado, pois não existem disciplinas obrigatórias e específicas nessa área na grade curricular.

Cabe aqui uma reflexão: se o graduado em Pedagogia não receber formação adequada e conhecimentos/conteúdos necessários para atuar no ensino para surdos, pode se tornar um profissional inseguro para dar aulas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e II. A oferta de apenas uma disciplina de Libras torna o conhecimento do aluno muito básico, sem condições de prepará-lo para a atuação no contexto da educação.

Vejamos o que mostra o levantamento sobre a oferta da disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia, a carga horária e a modalidade –teórica ou prática.

SUDESTE			
UF	CARGA HORÁRIA	TEÓRICA	PRÁTICA
UFMG	60H	SIM	NÃO
UNIFAL	30H	SIM	NÃO
UFJF	60H	SIM	NÃO
UFLA	68H	SIM	SIM
UFU	60H	SIM	NÃO
UFOP	60H	SIM	NÃO
UFVJM	60H	SIM	NÃO
UFV	60H	SIM	NÃO
UFSJ	72H	SIM	NÃO
UFSCar	40H	SIM	NÃO
UNIFESP	75H	SIM	SIM
UFABC	60H	SIM	SIM
USP	60H	SIM	SIM
UFRJ	60H	SIM	SIM
UFRRJ	30H	SIM	NÃO
UFF	60H	SIM	SIM
UFES	60H	SIM	NÃO

SUL			
UF	CARGA HORÁRIA	TEÓRICA	PRÁTICA
UFPeI	68H	SIM	NÃO
UNIPAMPA	60H	SIM	SIM
UFRGS	60H	SIM	NÃO
FURGS	60H	SIM	NÃO
UFSC	72H	SIM	SIM
UFFS	60H	SIM	NÃO
UFPR	60H	SIM	SIM

CENTRO-OESTE

UF	CARGA HORÁRIA	TEÓRICA	PRÁTICA
UFG	80H	SIM	NÃO
UFcat	64H	SIM	NÃO
UFMT	60H	SIM	NÃO
UFR	64H	SIM	NÃO
UFMS	68H	SIM	NÃO
UFGD	54H	SIM	NÃO
UNB	60H	SIM	NÃO

NORDESTE

UF	CARGA HORÁRIA	TEÓRICA	PRÁTICA
UFBA	68H	SIM	NÃO
UFRB	68H	SIM	NÃO
UFMA	60H	SIM	NÃO
UFCA	64H	SIM	NÃO
UFC	64H	SIM	SIM
UFAL	54H	SIM	NÃO
UFRN	52H	SIM	SIM
UFERSA	60H	SIM	NÃO
UFPB	60H	SIM	NÃO
UFCG	60H	SIM	SIM
UFPE	60H	SIM	NÃO
UFRPE	60H	SIM	NÃO
UNIVASF	60H	SIM	NÃO
UFPI	60H	SIM	NÃO

NORTE

UF	CARGA HORÁRIA	TEÓRICA	PRÁTICA
UNIR	80H	SIM	SIM
UFAM	60H	SIM	NÃO
UNIFAP	75H	SIM	NÃO
UFPA	60H	SIM	NÃO
UFOPA	75H	SIM	NÃO
UFT	60H	SIM	NÃO

Fonte: produzido pela autora



A realidade mostra que o aluno egresso do Curso de Pedagogia enfrenta o mercado de trabalho e, ao se deparar com dificuldades, procura a formação continuada, por meio de cursos de Pós-Graduação na área de Libras ou Educação de Surdos, de modo que se sinta seguro para atuar com alunos surdos no Ensino Fundamental I e II.

É preciso abordar nas ementas dos cursos de Pedagogia o desenvolvimento de atividades significativas para o professor, de modo que ele esteja capacitado para fazer uso das diferentes abordagens estudadas, incluindo o ensino de metodologia de ensino em L1 (Libras) e em L2 (português escrito).

Osi: Falamos bastante aqui sobre a formação docente inicial, que deveria seguir o que está previsto na Lei e no Decreto de Libras, mas acho que podemos refletir também sobre outras políticas...

Vamos lá?



CAPÍTULO 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA ALUNOS SURDOS

Neste capítulo, Osi e Mari conversam sobre muitas das conquistas da comunidade surda para a oferta de uma educação de qualidade para alunos surdos.

Esse tema é imperdível!

Osi: Mari, como é de conhecimento de muitas pessoas, o ano de 1981 foi declarado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes pela Organização das Nações Unidas e a década de 1990 foi marcada por lutas e avanços. Em 1994, aconteceu na cidade de Salamanca, na Espanha, uma Conferência Mundial sobre Educação Especial, causando reformas e políticas educacionais, visando o respeito aos alunos com necessidades especiais nas escolas comuns. Que outras políticas podemos citar como amparos para a educação de surdos?

Mari: Temos várias.... Seguindo em ordem cronológica, a Lei nº 9394/1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/BRASIL, 1996), foi responsável pela organização e funcionamento das instituições de ensino, com base nos dispositivos da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Sua importância é muito grande, porque trata de princípios educacionais para garantir inserção social e escolar de alunos, nos segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Ensino Superior. A LDBEN contém também uma parte dedicada à Educação Especial, na qual estão incluídos os sujeitos surdos juntamente com os demais deficientes.

Osi: Essa lei é muito importante, mas não tinha uma atenção voltada para a comunidade surda e suas especificidades. Em 2021, a comunidade surda e a sociedade brasileira foram contempladas pela publicação da Lei nº 14.191/2021, que altera a Lei nº 9.394/1996. Então, a educação de surdos passou a ter maior representatividade na LDBEN, com a implantação da Educação Bilíngue nos termos da lei maior. Isso criou um impacto muito importante para a comunidade surda. Você conhece o artigo em que se trata de educação bilíngue de surdos, Mari?



Mari: sim, já tive o interesse para ler no documento, Artigo 60-A, onde está expresso que se entende por educação bilíngue de surdos a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Osi: Que maravilha, não acha? Essa lei consolida e ampara a atuação de profissionais bilíngues (Libras e Língua Portuguesa), com proficiência em Libras para a inter-relação com os alunos surdos em sala de aula, de modo que a comunicação promova melhores condições de ensino-aprendizagem para esses aprendizes. O professor precisa ter conhecimento da cultura surda e atender o aluno surdo na sala de aula na escola pública ou privada, valorizando sua identidade e sua cultura.

Mari: Verdade, a Lei 14.191/2021 é muito marcante na história e, na verdade, é resultado de movimentos de surdos e de intérpretes de Libras iniciados há décadas, porque a Libras foi oficialmente reconhecida como meio de comunicação e expressão da comunidade surda em 2002 pela Lei nº 10.436/02. Será, Osi, que as pessoas já leram esse artigo tão importante da Lei de Libras? Vamos colocar aqui.

Art.1º: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos. (BRASIL, 2002)

Osi: Então, o reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei nº 10.436/2002 é um avanço em termos de política pública, mas não omite muitas barreiras para a acessibilidade linguística do aluno surdo, devido à falta de profissionais fluentes e proficientes em Libras nas escolas, incluindo os tradutores intérpretes de Libras. Ainda é comum encontrarmos muitos professores sem (ou com pouco) conhecimento da L1 do aluno surdo, que não se sentem capacitados para darem aula para alunos surdos.

Mari: Por isso que outras medidas tiveram que ser tomadas, de acordo com as reivindicações da comunidade surda, para ter acesso à educação e ao atendimento bilíngue, priorizando, logicamente, a Libras como primeira língua. Tais medidas foram formuladas no Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a inclusão da Libras como disciplina nos cursos de Licenciatura. Sabia disso, Osi?

Está no Decreto, no Art.9º, Parágrafo único, desse jeito: “O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial,



Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas”. (BRASIL, 2005).

Osi: Sim, o Decreto de Libras assume função de institucionalizar muitas ações. Ele estabelece que as instituições devem incluir nos seus quadros profissionais para a tradução e interpretação de Libras, garantindo ao aluno surdo acessibilidade e garantindo uma ponte entre elas e o surdo. Inclusive, nesse Decreto, evidencia-se a importância da formação do TILSP e sua valorização como profissional, estimulando a criação de instituições e associações. Russo (2009) trata isso de forma muito competente, considerando que

[...] o movimento que o conjunto de associações estaduais construiu para a criação da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias intérpretes de Língua de Sinais- FEBRAPILS aconteceu em agosto de 2008, com o propósito de lutar para a regulamentação da profissão no território nacional, além de integrar os intérpretes através das parcerias entre diversas associações (RUSSO, 2009, p.30).

Mari: Verdade, verdade... A profissão de TILSP teve grande reconhecimento, principalmente, no Decreto nº 5.626/2005, que, entre outras providências, em seu capítulo V, trata da formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa e determina em seu artigo 17º que a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Osi: Então, avançando mais um pouco na trajetória das políticas, vamos considerar a presença e participação do profissional intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP), cuja profissão foi reconhecida no dia 1º de setembro de 2010, pela Lei nº 12.319/2010. O TILSP é o profissional que deverá dominar a Libras e a Língua Portuguesa e estar qualificado para cumprir a função de intérprete, atuando na mediação linguística do aluno surdo com pessoas ouvintes.

O Artigo 1º do referido documento jurídico regulamenta o exercício da profissão e o Artigo 2º destaca que “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2010).

Mari: O TILSP deve ser comprometido com a educação de surdos, porque ele desempenha uma função muito próxima a esse público-alvo. Lacerda (2009), antes da publicação da Lei do TILSP, já destacava o seu papel, sabia?

É possível considerar que o tradutor e intérprete são profissionais ponte, ou seja, favorecem que uma mensagem cruze a “barreira linguística” entre duas comunidades. Desse modo de alcançar esse mesmo objetivo. Outro aspecto comum é que em ambas as atividades é fundamental dominar os idiomas



envolvidos, sendo que o tradutor precisa ter domínio da forma escrita e o intérprete da forma oral. (LACERDA, 2009, p.17)

Então, o profissional TILSP deve estar apto para mediar e situar-se entre duas línguas: a Libras e o Português, além de estar em condições acadêmicas para traduzir e interpretar em aulas, palestras, eventos culturais e educacionais, shows entre outros.

Osi: Então, devemos sempre refletir sobre o que estamos conversando. Na verdade, a Lei do Intérprete regulamenta o exercício da função de TILSP, contudo, não oferece subsídios no trato das questões linguístico-culturais envolvidas em seu exercício, conforme apontado por Fernandes (2014), inclusive não articula a presença e participação desses profissionais junto a pesquisadores surdos e ouvintes nos estudos de Libras para criação de sinais. O que faz é delegar ao intérprete a exclusiva atividade de atender alunos surdos durante as aulas e em eventos com acessibilidade em Libras, como está determinado no Decreto 5.626/2005. Olha o que está explícito no Artigo 21 do documento jurídico: que o profissional atuará “Nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas.” (BRASIL, 2005).

Mari: São muitas questões.... A formação específica dos TILSP em nível de graduação também passou a ser ofertada, sendo fundamental, nas palavras de Santos e Martins (2015, p. 04), que se amplie, de modo a habilitar o tradutor e intérprete de Libras “para atuar em diversas áreas e situações que vão desde interpretações em eventos e salas de aula até acompanhamentos em consultas médicas, entre outros espaços, que se façam necessária à presença deste profissional”.

Inclui na formação aspectos de formação de caráter, honestidade e sigilo, conforme (SANTOS, 2015), não deve divulgar informações privadas e deve agir com ética. O Artigo 7º da Lei do Intérprete deixa isso explícito também: “O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo, em especial.” (BRASIL, 2010).

Osi: Veja, Mari, o que a Lei prevê como competências do Intérprete de Libras e Português:

- I – Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- III – Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- IV – Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e
- V – Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou polícias. (BRASIL, 2010).



Mari: Então, as competências apresentadas reforçam a política da formação profissional adequada, sobretudo com o domínio da Libras, para que possam desempenhar suas atividades, atender a comunidade surda, sua cultura, natureza e identidade.

Osi: Mari, vamos caminhar mais um pouco na trajetória das políticas...

Dando continuidade ao cenário de políticas públicas para a educação de surdos, uma reivindicação importante do movimento surdo foi contemplada na Estratégia 4.7 – Meta 4, do Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014), que eu coloco aqui para você ver:

Garantir a oferta de Educação Bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e deficientes auditivos de 0 a 17 anos, em escolas e classes bilíngues inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção (BRASIL, 2014).

Essa meta foi reafirmada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13/146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Mari: Então, pelo que vi na citação da Lei, a classe e a escola bilíngues podem ser consideradas ações advindas de políticas públicas voltadas para a educação de surdos e, se aplicadas com adequação, impactam positivamente os resultados de aprendizagem dos aprendizes certo?

Mais ou menos, porque muitos municípios brasileiros ainda não cumprem essas políticas, preferem omitir ou desconhecê-las, ofertando, exclusivamente, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos surdos nas escolas inclusivas.

Osi: Verdade, Mari, penso muitas vezes que não faltam políticas adequadas, mas o cumprimento das políticas existentes.

Vamos conhecer mais um elemento desse rol de ações em prol da educação de surdos... Em outubro de 2020, foi publicada a Nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), mas foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal em Brasília. Em sua essência, a expectativa da PNEE 2020 é que a área da educação especial possa fundamentar-se, de modo cada vez mais amplo e profundo, nas evidências científicas.

Trata-se de uma política inclusiva na sua essência, pois inclui os surdos entre si e os inclui na sociedade, garante-lhes o direito a uma educação de qualidade, a partir de um paradigma linguístico alicerçado nos princípios da equidade, que abrem a possibilidade de os educandos adentrarem por caminhos linguisticamente acessíveis, alcançarem competências próprias, que lhes possibilita desenvolver habilidades específicas e com aprendizagem, ampliando as possibilidades de acesso pleno a uma formação global e a oportunidades iguais às dos não surdos. (BRASIL, 2020, p.44)



Na PNEE de 2020, foram afirmadas evidências científicas das neurociências cognitivas, defendidas por alguns estudiosos, como Capovilla (2001; 2005; 2020^a), Capovilla e Thiers (1998), colocando foco na plasticidade neural. Por causa desse foco e à luz do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 2014), a PNEE/2020 destaca a necessidade de intervenção pedagógica desde a educação infantil no Atendimento Educacional Especializado, para as crianças que manifestam atraso ou transtornos do neurodesenvolvimento.

Veja no documento a título de conhecimento, já que se encontra suspenso pelo STF:

II – educação bilíngue de surdos – modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdocegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. (BRASIL, 2020)


Mari: A educação bilíngue de surdos se pauta no direito linguístico – o direito dos surdos de optarem por sua língua, a Libras, como língua de comunicação, interação, instrução e ensino no processo educacional. Esse direito está construído sob o preceito de que a Libras é uma língua natural da comunidade surda e a manifestação de sua cultura e identidade. Como já dissemos, Osi, esse direito foi garantido por meio da Lei nº 10.436/2002, que define a Libras como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Osi: Esse direito à educação bilíngue está garantido a partir de 2021 na Lei da Educação Bilíngue, como já foi colocado aqui –Lei nº 14.191/2021. Mas o PNEE previu uma política nacional de educação bilíngue de surdo, que reconhece as especificidades dos surdos e agrega valores e direitos, ao responder de forma ampla, efetiva e eficaz ao pleito da comunidade surda brasileira de receber escolarização diretamente em sua língua de sinais, possibilitando-lhe o aprendizado contínuo.

Vamos deixar aqui algumas informações apresentadas no PNEE, a título de registro, já que o documento, atualmente, não está em vigência.

😊 A garantia do acesso de alunos surdos a espaços educacionais para receber educação de qualidade, que respeita sua identidade e que os faz avançar em todas as suas potencialidades. No Decreto nº 10. 502/2020, prevê:

III – política educacional equitativa – conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do estudante na sociedade. (BRASIL, 2020, p.40):

- 
- ☺ Com relação aos profissionais, no Art. 8º, consta que atuarão, de forma colaborativa, na prestação de serviços da educação especial:

III – professores bilíngues em Libras e língua portuguesa. Professores bilíngues em Libras e Língua Portuguesa são aqueles comprovadamente proficientes na Língua Brasileira de Sinais e são capazes de atuar nos espaços escolares sem a mediação de intérpretes de Libras na relação professor-aluno e no acesso ao conteúdo. Os professores bilíngues são aptos a utilizar a Libras como língua de comunicação, interação, instrução e ensino aos educandos surdos, com deficiência auditiva sinalizantes e surdocegos, surdos com outros impedimentos e surdos com altas habilidades ou superdotação, que optem pela Libras.

IV – Professores da educação especial. Formação inicial para a docência e especializada em educação especial ou educação bilíngue de surdos; (BRASIL, 2020, p. 83)

- ☺ São responsabilidades dos sistemas de ensino na formação dos profissionais da educação para o atendimento educacional e o atendimento educacional especializado:


Incluir, na formação dos profissionais da educação (professores, técnicos e gestores), conteúdos gerais e específicos da educação especial e conhecimentos de gestão dos sistemas educacionais equitativos, inclusivos e com foco no aprendizado ao longo da vida para melhoria das práticas e resultados dos educandos da educação especial nas escolas regulares inclusivas, nas escolas especializadas e nas escolas bilíngues de surdos;

Incluir nos processos formativos para profissionais da educação, saberes e recursos da comunidade, principalmente na perspectiva do aprendizado ao longo da vida e sua interface com a educação especial;

Incentivar e promover a qualificação de professores para atuação na educação especial, com cursos tais como: licenciatura em educação especial; · especialização em educação especial; · pós-graduação stricto sensu em educação especial ou áreas afins; · cursos de formação continuada em educação especial; · cursos de formação inicial ou continuada na área da educação bilíngue de surdos ou da pedagogia bilíngue de surdos; (BRASIL, 2020, p.93).

Mari: muito interessante, Osi, e muito parecido com a Lei nº 14.191/2021, no que se refere a ações de formação inicial e continuada de professores bilíngues, participação em eventos ou congressos na área de Libras e Linguística, de modo que possam ampliar e aplicar os conhecimentos em novas metodologias e práticas pedagógicas, no uso da Libras e de novas tecnologias educacionais adequadas para melhorar o desempenho escolar.

Osi: certo!!!! Caminhamos bastante, mas não concluímos nossa meta neste livro. No próximo capítulo, vamos mostrar as impressões, os saberes e as dúvidas de pessoas que participaram da nossa pesquisa. Vamos lá?



CAPÍTULO 5 - RELATOS E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES OUVINTES SOBRE ENSINO PARA SURDOS

Mari e Osi trazem as vozes e os saberes dos participantes da pesquisa. Vamos receber e refletir tudo com muita atenção. Aproveite suas leituras!!!!

Osi: Mari, é muito importante mostrar os conhecimentos e as divulgações teóricas sobre a temática que envolve a educação de surdos. Porém, tão importante quanto esses estudos é refletir a partir de saberes de outras pessoas envolvidas direta ou indiretamente nessa área, certo? De que forma podemos interagir sobre essa questão?

Mari: Fizemos uma longa pesquisa com participantes de cursos de Graduação e de Pós-Graduação e trazemos a análise de suas respostas, sobre os saberes de professores ouvintes do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Para isso, elaboramos um questionário que foi enviado a alunos ouvintes dos cursos de graduação e pós-graduação do INES. Vamos apresentar uma reflexão e síntese das colocações de 30 participantes, que aceitaram responder e autorizaram a utilização de suas respostas nesta pesquisa. Entre os informantes, temos 25 do sexo feminino e 5 do sexo masculino e, com relação à formação, 12 são graduandos, 14 pós-graduandos lato sensu e 04 mestrandos.

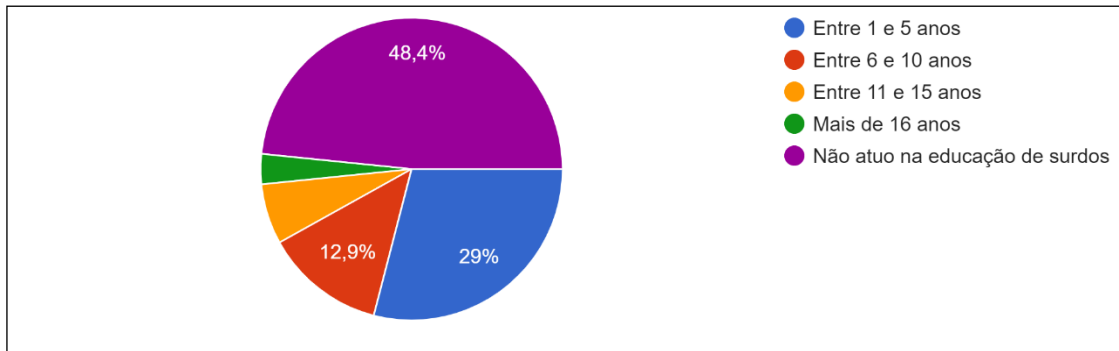
Osi: Muito legal... então, vamos à divulgação dos resultados?

Para facilitar a leitura, apresentaremos os dados e as reflexões por tópicos

Sobre a experiência na educação de surdos

O levantamento revelou que a maioria dos participantes não têm experiências na educação de surdos, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01: demonstrativo de experiência na educação de surdos



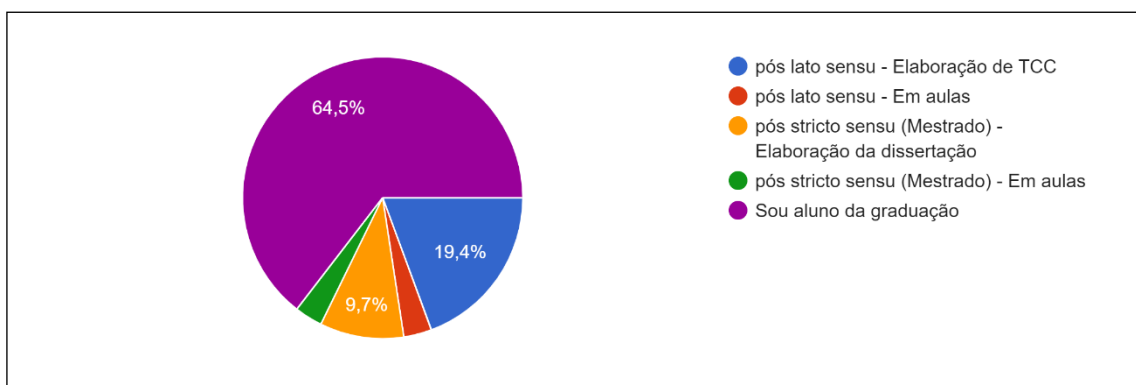
Fonte: arquivo pessoal

O que esses dados nos mostram, Mari?

Mari: Então, se considerarmos que mais de 50% dos participantes são integrantes de cursos de pós-graduação, poderia se esperar que esses pós-graduandos (lato e stricto sensu) tivessem experiências com alunos surdos, já que estão inseridos em cursos cujo foco é a educação de surdos. Isso mostra uma relação importante entre a limitada experiência por causa da formação, que também ainda deixa a desejar.

Alguns participantes concluíram o curso de especialização na outra área nas outras instituições e tentaram entrar no curso de graduação (64,5%) para obter conhecimento e se tornar professor bilíngue. Conforme o Gráfico 02:

Gráfico 02: nível de Graduação



Fonte: arquivo pessoal

Com relação aos participantes que só têm entre um e cinco anos de experiências, são novatos, ou seja, e podem ser consequências dos cursos de Pedagogia bilíngue e especializações lançados há pouco tempo, necessitando que eles participem de eventos e palestras sobre educação de surdos para aprofundar os conhecimentos.

Osi: E podemos pensar que a falta de experiência na educação de surdos pode ser um resultado da limitada formação para essa atuação, pois a análise das ementas dos cursos de Pedagogia revelou que a área de educação de surdos não inclui na grade curricular a ementa dessa disciplina, destacando-se, no máximo, Libras em nível de introdução e básico. Ou seja, não atuam com alunos surdos, não têm formação em graduação ou cursos de especialização nessa área, por isso eles não têm experiências.



Mari: Os dados revelam que eles têm na primeira graduação uma disciplina obrigatória de Libras, de acordo com o Decreto 5.626/2005, que inclui cursos de Licenciatura, inclusive o de Pedagogia, Fonoaudiologia, exceto as áreas de bacharelado. Vale ressaltar que a disciplina de Libras nesses cursos é ministrada de forma protocolar, ou seja, para cumprir uma exigência, mas não é abordada nos cursos com profundidade ao ponto de o futuro professor ou profissional ter fluência e conhecimentos adequados para atuar com alunos surdos.

Osi: Mari, vamos mostrar agora os dados sobre as respostas dos participantes? Nossos leitores poderão refletir conosco sobre os resultados, certo?

😊 **Motivação dos participantes para estudarem no INES**

A análise das respostas aponta para três categorias:

- 😊 Formação, reciclagem e aprimoramento
- 😊 Alfabetização de Alunos Surdos e Ensino Para Surdos e Ênfase em Libras.
- 😊 INES com Referência

Formação, Reciclagem e Aprimoramento

A escolha para estudar no Departamento do Ensino Superior se justifica pelo desejo e objetivo de se tornarem professores bilíngues, buscarem novos conhecimentos na área de Educação de Surdos, se capacitarem e fazerem mais qualificações profissionais para atuar com alunos surdos.

Ingressam em cursos no INES em busca de metodologias para o ensino de forma certa, já que a maioria não tem experiência, contato e didática para dar aula.

As respostas mostram que alguns participantes confundiram os dois cursos de Pedagogia e Letras-Libras: o profissional graduado em Licenciatura em Letras-Libras pode atuar na Educação Básica e no Ensino Superior, exceto na Educação Infantil por lei, e somente graduados em Pedagogia podem atuar na alfabetização e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O curso de Letras-Libras é mais aprofundando na área de Linguística e o de Pedagogia para área da Educação.

Alfabetização de alunos surdos e ensino para surdos e ênfase em Libras

Nessa categoria, os participantes perceberam que métodos de alfabetização de surdos são diferentes dos métodos para alunos ouvintes, pois o aluno surdo precisa construir mais conhecimento e compreender as palavras, escrever para crescer por causa da sociedade.

Os participantes percebem que precisam de formação para ter capacidade de ensinar, reconhecer e analisar as características do aluno surdo no processo de alfabetização e letramento, com foco nos objetivos de aprendizagem dos anos iniciais.



As respostas mostram a preocupação dos participantes em atuar na alfabetização de crianças surdas em perspectiva bilíngue, pois articulam a Libras com o português e consideram o INES como uma instituição que promove essa formação.

Além dos motivos expostos, consideramos importantes outros motivos a serem considerados, por exemplo, os alunos surdos podem ter traumas, devido à demora para aprender sua própria língua (Libras), pois são oriundos de famílias ouvintes, não sinalizantes, o que os levam a aprender bem devagar.

É crucial identificar a identidade surda, por meio de laudo médico após o diagnóstico para desenvolver a capacidade de aprender e estimar na aprendizagem da criança surda. Então, reitera-se o papel do professor: ser bilíngue, fazer uso de muitas estratégias e práticas sociais de uso da escrita e uso de contexto sociocultural como L2.



INES como referência para a educação de surdos

Essa categoria mostra a importância do Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES – reconhecido no Brasil e fora do país como centro de referência na educação de surdos, o que revela cada vez mais sua responsabilidade com relação à formação de profissionais para essa área de atuação.

É marcante o histórico do INES sobre a educação de surdos, como uma instituição federal para surdos que preza pelo ensino bilíngue e pela formação adequada de profissionais para atuarem no Brasil. Os vários cursos gratuitos oferecidos pelo INES e a existência de muitos professores bilíngues e pesquisadores dessa temática o consolidam como referência na educação de surdos.

O professor se sente preparado para atuar com alunos surdos?

A análise das respostas apontou para a criação de duas categorias:

-  Necessidade de aprimoramento
-  Tem formação e se sente preparado

Necessidade de aprimoramento

Os participantes da pesquisa sentem necessidade de aprimorar seus conhecimentos, ainda que já tenham formação na área da educação. Nota-se também a valorização da aprendizagem da língua de sinais Libras para que se possa estabelecer comunicação com os alunos surdos e ter possibilidade de interação com eles.

Os participantes buscam ser fluentes em Libras e reconhecer a comunidade surda, pois alguns são professores e não sentem seguros para atender os alunos surdos e não sabem como ensinar e usar material didático voltado para a cultura surda.



Pode ser que a falta de conhecimento linguístico dificulta o entendimento das sinalizações da criança surda quando conversam na sala de aula ou fora da escola. A criança surda é natural ao sinalizar. É preciso estar atento a metodologias de ensino para aperfeiçoar o uso da Libras para melhor comunicação com alunos surdos.

Tem formação e se sente preparado









Nessa categoria, os participantes se sentem seguros para atuarem como professor de surdos, pois são fluentes em Libras, conhecem na área de Educação de Surdos, mesmo assim, preferem continuar a estudar e buscam novos métodos para ensinar.

As respostas apontam para o desejo de melhor qualificação pelos professores por se preocuparem com alunos surdos, e não os prejudicar no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, verifica-se o interesse dos participantes pela temática da educação de surdos e a busca constante por mais conhecimentos, tanto que muitos participaram anteriormente de outras formações em nível de graduação ou pós-graduação.

Há que se ressaltar que a Libras, seu uso e a aprendizagem voltam à tona em algumas respostas, consolidando o sentido de crença de que estejam preparados para atuarem com surdos.

Dificuldades e desafios para ensinar alunos surdos

Essa pergunta gerou 08 categorias de análise:

-  Inexperiência
-  Currículo e conteúdo
-  Fluência em Libras
-  Material didático
-  Capacitação
-  Apoio familiar e gestão
-  Ensino de LP e literatura
-  Estratégias e didática específica

Inexperiência

A falta de prática e não saber ou não utilizar metodologia de ensino como L1 e L2 podem levar o professor à insegurança. Entretanto, isso pode ser contornado se houver interesse de ensinar alunos surdos, pesquisas sobre a metodologia e a própria atividade ou atuação junto aos surdos levam ao fazer docente. Usar estratégias adequadas para ensinar é importante, pois a vida do aluno surdo precisa ter o significado, por isso na escola precisa unir, integrar, interagir e não deixar o aluno surdo segregado dentro de um espaço que deveria ser integrador e agregador.



Entre professor e aluno é preciso ter boa relação para melhorar a aprendizagem. O papel de professor demanda muita responsabilidade e a experiência é fundamental para um ensino de boa qualidade e para que não se prejudique o desenvolvimento do discente.

Currículo e conteúdos

Necessidade de articular teoria e prática, ou seja, o que o currículo aponta e em que medida ele atende as necessidades do aprendiz surdo. Nesse sentido, o currículo deve contar disciplinas específicas baseadas em uma filosofia visual, com enfoque na cultura surda, na identidade surda e em tudo o que permeia esse contexto do aluno.

Fluência em Libras

Essa categoria se articula com respostas dos participantes, pois destaca a importância da Libras como língua de comunicação e expressão do aluno surdo, conforme previsto em amparos teóricos e jurídicos, como o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 14.191/2021, que orientam a perspectiva bilíngue de ensino e aprendizagem. Soma-se a esse dado o fato de que alunos também chegam ao contexto escolar sem uma língua constituída, no caso, a relevância da Libras como L1, que não é consolidada pelo aluno e por sua família, comprometendo, dessa forma, o processo de ensino e aprendizagem.

Material didático

A carência de material adequado é um fato determinante no processo de ensino e aprendizagem, afetando o trabalho do professor, que, muitas vezes, se vê obrigado a utilizar um material impróprio para o aprendiz surdo ou adaptar de materiais criados para alunos ouvintes, com características linguísticas distintas dos alunos surdos.

Capacitação

As respostas coincidem com outras respostas anteriores, em que foram destaques a reciclagem, a formação inicial e continuada do professor, para que tenha plenas condições de efetuar um trabalho decente e comprometido com a demanda dos alunos e da comunidade surda.

Apoio familiar e gestão

As respostas revelam um dado importante que passa a ser questionado, ou seja, a inclusão que pode ser considerada uma utopia não se consolida ou se concretizada do modo como deveria atender o aluno surdo em suas demandas. Nesse sentido, há que reunir um grupo de forças, constituído pela família e pela escola, esta constituída por professores, gestores, coordenadores, agentes etc.



Ensino de LP e Literatura




Uma preocupação relevante aparece nessa resposta, revelando o interesse em articular o ensino da escrita por meio de gêneros textuais, como histórias infantis, o que exige, também, o conhecimento da Libras para essa atuação adequada.

Estratégias e didática específica

As respostas apontam para um dado muito importante – a consciência de professores ou profissionais com relação ao conhecimento prévio do aluno, ao uso de estratégias de acordo com suas necessidades e o conhecimento de suas características e particularidades.

O aluno consegue compreender (ou não) o conteúdo da aula?

Essa pergunta gerou respostas que apontam para três categorias:

-  Não tem prática, não consegue identificar
-  Contato e interação com/entre os alunos
-  Consegue identificar

Não tem prática, não consegue identificar por isso


Nessa categoria, é possível articular as respostas às respostas apresentadas em outras perguntas, já que a falta de prática e de contato ou comunicação com o aluno compromete a identificação de condições importantes no diagnóstico da atuação do professor e da compreensão por parte do aluno. As respostas mostram a necessidade de formação inicial e continuada adequada, no sentido de munir o professor ou profissional de condições pedagógicas para que o aluno seja acompanhado adequadamente.

Contato e interação com/entre os alunos

As respostas são animadoras, pois mostram que os respondentes têm uma preocupação com relação ao contato com os alunos, dando-lhes condições de identificar posturas, reações, manifestações dos discentes e até agir nesse sentido.

Consegue identificar





Essa categoria é muito positiva, pois sabendo o professor do conhecimento do aluno com relação ao conteúdo a ser ensinado pode contribuir para a preparação de materiais



específicos para aquele perfil de alunos e possibilita o uso de metodologias de ensino, após a identificação das dificuldades deles. Em suma, é preparar e desenvolver o processo de ensinar.

Dificuldades do aluno para realizar atividades

A análise das respostas apontou para a criação de quatro categorias:

-  Não tem resposta ou não tem prática com alunos surdos
-  Explicação e estratégia diferenciada
-  Materiais didáticos adequados
-  Reunião pedagógica

Não tem resposta. Não tem prática com alunos surdos

Essa categoria revela o desconhecimento desses participantes, embora não seja de um número expressivo de respondentes, sobre a falta de prática com alunos surdos, no momento da resposta ao questionário, entretanto, devido à política de inclusão nas escolas, a qualquer momento, eles podem receber em sua escola, ou sala de aula, aprendizes surdos, o que demanda, portanto, o preparo desses profissionais para se sentirem capacitados a lidar com as dificuldades e limitações desses alunos.

Explicação e estratégia diferenciada

Essa categoria mostra o interesse dos participantes em contornar problemas enfrentados pelos alunos. Para isso, recorrem ao esclarecimento de dúvidas dos alunos surdos, à explicação do conteúdo, utilizando estratégias e metodologias diferenciadas, a recursos visuais para que o ensino seja concreto, a atividades complementares e ao incentivo ao contato do aluno com outros surdos.

Vale ressaltar que as respostas foram enviadas por docentes de alunos surdos e por profissionais intérpretes ou mediadores e mostram a responsabilidade do professor e não de outros profissionais no processo de ensino e aprendizagem desse aluno. Ainda que esses profissionais se mostrem preocupados, destacam o papel do docente como primordial.

Materiais didáticos adequados

Nessa categoria importante o material pedagógico utilizado com o aprendiz surdo, tanto que se voltam à produção de materiais adequados e contextualizados para o aprendiz, incluindo vídeos em Libras, imagens, legendas em português sobre o vocabulário.

Chama-nos a atenção uma característica do aluno surdo estigmatizada por muitos, que se refere ao aluno surdo copista, ou seja, aquele aluno que não tem habilidades de leitura e



escrita desenvolvidas no processo de ensino aprendizagem, conseqüentemente, se reserva ao ato de copiar, sem esclarecimentos sobre essa prática. O papel do professor é primordial para evitar essa ação, de modo que o ensino faça sentido e seja eficaz.

Reunião Pedagógica

A ação deve envolver não somente o professor, mas também o corpo gestor da instituição, de modo que o problema seja de conhecimento de outros profissionais envolvidos e possa contar com ações ou intervenção por meio de outras ações, como professor da sala de recursos, o atendimento especializado, o diagnóstico das dificuldades do aluno em outras disciplinas etc.



E com relação aos desafios para atuar no ensino para alunos surdos... o que dizem sobre isso?

Os maiores desafios de um profissional ao atuar com alunos surdos refere-se à falta de formação, evidenciando a importância de se investir em cursos de graduação e pós-graduação visando um atendimento adequado e baseado na formação docente.

Os desafios apresentados pelos professores foram:

- ☺ A falta de formação inicial e continuada de professores que atuam com alunos surdos
- ☺ Alunos surdos no Ensino Fundamental sem conhecimento de Libras
- ☺ Desconhecimento da Libras por parte do professor para comunicação com os alunos
- ☺ Promoção do ensino bilíngue - Libras e português escrito
- ☺ A falta/criação de materiais didáticos específicos para alunos surdos
- ☺ O limitado conhecimento sobre cultura surda e especificidades do aluno surdo
- ☺ A criação de material didático para alunos surdos
- ☺ A falta de prática anterior com o aluno surdo
- ☺ As dificuldades da aprendizagem dos alunos surdos
- ☺ A desmotivação dos alunos surdos
- ☺ Falta de suporte linguístico e apoio das Famílias

Dessa categoria, pode-se consolidar a necessidade de se investir em formação continuada, de modo a articular o diálogo entre teoria e prática. Há muitos professores que concluem a graduação em Pedagogia ou outros cursos, começam a trabalhar com alunos surdos, entretanto, não se sentem capacitados para essa prática, incorrendo em problemas nesse processo de ensino e aprendizagem. A formação continuada contribui para que os professores reflitam sobre as dificuldades de aprendizado dos alunos surdos e busquem resolver o problema.



Em decorrência disso, foi possível observar que outras respostas incidem sobre a deficiência com relação ao uso da principal língua de comunicação e instrução para o aprendiz surdo, tanto por parte do professor quanto por parte do aluno, que não dominam a Libras e interfere na prática bilíngue de ensino em que as duas línguas de instrução são importantes: a Libras e a Língua Portuguesa escrita. As respostas se relacionam com outras perguntas do questionário e revelam a importância de se investir em materiais didáticos adequados, no conhecimento da cultura surda, em práticas pedagógicas com o aprendiz surdo, no apoio da família.

🟡 **Outro(s) desafio(s) para o profissional que atua no ensino para alunos surdos**

É possível verificar que as respostas são recorrentes, revelando a importância de se pensar seriamente e agir para eliminar ou superar esses desafios. A análise das respostas apontou para a criação de três categorias:

- 🟡 Uso da Libras e da Língua Portuguesa
- 🟡 Conscientização de Docentes, Gestores, da Escola e Família
- 🟡 Início tardio na vida escolar

Uso da Libras e da Língua portuguesa.

As respostas evidenciam a importância da perspectiva bilíngue de ensino – Libras e Língua Portuguesa escrita, sendo que essa perspectiva não se concentra no contexto escolar, mas sim uma prática em outros contextos, sobretudo pela família. Fica clara também a necessidade de refletir sobre o ensino de língua portuguesa de forma adequada, considerando as especificidades linguísticas dessa língua e da Libras, ambas com características culturais e estruturais distintas.

Conscientização de Docentes, Gestores, da Escola e Família.

Essas respostas destacam que a educação de surdos não é papel exclusivo do professor, na verdade, envolve um conjunto de ações e políticas que necessitam da participação de muitos agentes: gestores (orientadores, coordenadores, diretores, professores...), família, sociedade e administradores. Certamente, na ausência dessa conscientização, outras demandas se tornam evidentes, por exemplo, o aluno pode ser promovido sem atenção às reais necessidades, sendo visto, em algumas instituições, como alguém incapaz de aprender, dependente de assistencialismo e não de ensino apropriado.

Outros aspectos importantes foram revelados, que devem ser refletidos com rigor, por exemplo, respeito e consideração com a pessoa surda, detentora de direitos garantidos por lei. Isso envolve a comunidade surda, profissionais e familiares no sentido de se comprometerem intensamente com a educação de surdos em prol de um ensino de qualidade.



Início tardio na vida escolar

Essa categoria aponta para a importância de se pensar em políticas públicas, no cumprimento de leis e decretos que estabelecem e garantem a educação de surdos. Infelizmente, pessoas surdas são vítimas de ações de acessibilidade e de inclusão inadequadas, tendo em vista que as escolas não são bilíngues, não há profissionais com formação inicial ou continuada em quantidade suficiente para a escolarização desses sujeitos, alunos enfrentam distância e dificuldade de acesso às escolas bilíngues ou com classes bilíngues, a lacuna no uso de Libras pelas famílias e nas escolas. Esses fatores contribuem grandemente para o atraso na inserção de alunos surdos em escolas, provocando ou reforçando a discrepância entre a idade dos alunos surdos e a idade de alunos ouvintes em idade escolar.


- 😊 Aos participantes da pesquisa, foi solicitado que indicassem temas considerados mais importantes, apresentados a seguir.
 - 😊 Domínio da Libras para ensinar o aluno surdo
 - 😊 Presença do intérprete educacional na sala aula
 - 😊 Uso de recursos visuais – imagens, gráficos, figuras...
 - 😊 Preparação de materiais didático-pedagógicos
 - 😊 Participação em cursos de formação continuada
 - 😊 Reconhecimento da cultura e identidade do aluno surdo
 - 😊 Conhecimento sobre perspectiva bilíngue de ensino
 - 😊 Participação da família no processo de ensino-aprendizagem
 - 😊 Apoio e ações da gestão escolar em todo o processo do aluno

Verificamos a reincidência de informações apresentadas em outras respostas, dando destaque para o uso da Libras, de recursos visuais e ações da equipe gestora. Podem-se sintetizar esses elementos como pilares da educação de surdos, promovida, a princípio, pela língua de instrução, pelo uso de materiais didáticos condizentes com a necessidade dos aprendizes, constituindo política educacional.

Articulados a esses elementos, as respostas apontam também para a presença de profissionais intérpretes no contexto escolar do aluno surdo, para a produção de materiais didáticos autênticos e adequados ao aprendiz, para a formação profissional continuada e para o conhecimento do que é perspectiva bilíngue de ensino. Ainda foram citados o reconhecimento e conscientização sobre a cultura e identidade do aluno surdo e a participação da família no processo de ensino e aprendizagem.

Essas respostas sintetizam anseios e percepções de estudantes ouvintes de cursos de graduação e pós-graduação do INES e revelam uma preocupação que se repete ao longo das perguntas, mostrando, também a coerência dos dados obtidos no questionário.

- 😊 **O INES e a oferta do curso de Graduação em Pedagogia – foco nos conteúdos necessários para o bom desempenho do professor ouvinte junto ao aluno surdo.**



A pesquisa desenvolvida com o grupo de graduandos ouvintes do INES revelou que a satisfação com relação ao curso em andamento, o que pode referendar e evidenciar a importância do INES, mais especificamente, do Departamento de Ensino Superior – DESU, na formação inicial desses alunos ouvintes. As diversas disciplinas do curso apresentam conteúdos que possibilitam atender um aluno surdo na sala de aula, tais como informações teóricas e práticas sobre como alfabetizar esse aprendiz e desenvolver o letramento, utilizando no processo de ensino e aprendizagem a Libras como L1 e o Português escrito como L2, e estratégias diversas que respeitem a especificidade do aluno surdo.

Os alunos do curso de Pedagogia apresentaram os seguintes argumentos positivos relativos ao curso e sua formação:

- 😊 conteúdos sobre alfabetização de crianças surdas
- 😊 temas voltados para alunos surdos
- 😊 atendimento do aprendiz desde que chega ao contexto escolar até o término de sua escolarização
- 😊 reconhecimento das características individuais do aluno surdo
- 😊 curso bilíngue – Libras e Português
- 😊 formação teórica, sendo que a prática depende de cada aluno.
- 😊 luta de professores surdos em prol de uma educação bilíngue efetiva
- 😊 diversas disciplinas voltadas para a educação dos surdos
- 😊 ações cada vez melhores para atuar com os alunos surdos
- 😊 curso incrível
- 😊 exemplifica como criar material didático
- 😊 conteúdo dinâmico e voltado para seu fim
- 😊 conhecimento em Libras

Por outro lado, há participantes que não consideram o curso realizado pelo INES com competência para lhes oferecer os conhecimentos necessários, necessitando, em seu ponto de vida, de formação adequada, sobretudo, com relação à fluência em Libras ou à oferta de disciplinas específicas de Libras. Uma das razões relatadas é a ausência de intérpretes nas aulas de professores surdos, causando dúvidas e falta de compreensão sobre os conteúdos apresentados pelos docentes.

Embora não seja um percentual condizente com a maioria dos alunos (18,6%), as respostas relativas à insatisfação dos cursos no INES devem ser refletidas com cuidado, de modo que o Departamento de Ensino Superior pense em suas práticas pedagógicas a partir das expectativas dos alunos.

Foi possível verificar o anseio de foco no aluno surdo, de contato com professores e tutores, o que é reflexo da pandemia causada pelo coronavírus, pois as aulas presenciais foram suspensas e substituídas por encontros síncronos. Vale ressaltar que o questionário foi aplicado no ano de 2021, ano em que as aulas estavam acontecendo de maneira remota, ou seja, os alunos tinham aulas por meio de tecnologias digitais, em momentos síncronos (alunos e professores ao mesmo tempo juntos em um ambiente virtual) e assíncronos (inserção de atividades e conteúdos pelos professores na plataforma).



Percebeu-se também a importância da Libras para o aluno de graduação como um dos aspectos necessários para sua formação e atuação profissional futura. Vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico do curso apresenta diferencial nas disciplinas e na concepção de educação bilíngue e no ensino para surdos, o que o diferencia de outros cursos de Pedagogia oferecidos em instituições de ensino superior brasileiras.

Os itens a seguir foram apresentados pelos alunos como insatisfatórios do curso:

- ☹️ falta de mais contato com professores e tutores
- ☹️ falta de discussão no processo de ensino e aprendizagem
- ☹️ ausência de tutores nas webs
- ☹️ as disciplinas de Libras são insuficientes para preparar o professor bilíngue
- ☹️ falta de didática: pouco conteúdo e muita exigência
- ☹️ divulgação de que o curso é Pedagogia Bilíngue
- ☹️ conhecimento apenas didático e formas de ensinar, que não trazem as questões de rotina e vivências do professor em sala

As respostas dos graduandos são importantes porque mostram os aspectos positivos e negativos relativos ao curso de Pedagogia, modalidades presencial e a distância. É muito interessante observar a manutenção nas respostas da preocupação com o aluno surdo, tanto que em ambas as categorias é evidente a preocupação do graduando com a aprendizagem e o domínio da língua de sinais, L1 do aprendiz surdo.

A pesquisa buscou saber de alunos de cursos de Pós-Graduação do INES com relação à satisfação e insatisfação acerca da formação abordada. A síntese das respostas está apresentada na próxima seção.


☹️ **Oferta de cursos de Pós-graduação e conteúdos necessários para o bom desempenho do professor ouvinte junto ao aluno surdo**

Considerando-se os participantes dos cursos de Pós-Graduação oferecidos pelo INES, pode-se verificar que os cursos oferecem conteúdo para 50% dos respondentes e parcialmente para 40,3% dos respondentes. O número pequeno respondeu que não atende (9,7%). Esses dados são importantes, pois os cursos de pós-graduação estão inseridos nos cursos de formação continuada, bastante desejados pelos respondentes nas perguntas em que esse tema foi abordado. Portanto, é importante que a instituição procure verificar em que sentido os cursos de formação continuada podem contribuir ou estar deixando a desejar para seus participantes.

☹️ **Saberes e requisitos importantes para o bom desempenho do professor ouvinte de aprendizes surdos**

As respostas foram categorizadas em:

- ☹️ Uso da Libras - fluência, domínio, conhecimento e comunicação
- ☹️ Uso de metodologias e materiais didáticos

- 
- 😊 Formação continuada e inicial
 - 😊 Reconhecimento do sujeito surdo, identidade e cultura

Uso da Libras - fluência, domínio, conhecimento e comunicação

Nessa categoria, é possível confirmar um dos argumentos mais apresentados ao longo das respostas do questionário, o uso da Libras como língua de instrução, de comunicação e de expressão da comunidade surda. É importante ressaltar que a comunidade surda não é constituída exclusivamente por sujeitos surdos, mas também por pessoas que fazem parte do convívio e de interações com sujeitos surdos.

Na verdade, é fato na perspectiva bilíngue de ensino para surdos que a o uso da Libras permeia todo o processo educacional e implica outras ações dos docentes, como a produção de material didático autêntico. Vejamos alguns dos argumentos dos participantes da pesquisa:


- 😊 Professor ser fluente em Libras e conhecer bem o universo dos surdos.
- 😊 Primeiro saber se comunicar em Libras e conhecer a língua o suficiente para ministrar suas aulas sinalizadas
- 😊 Libras e português.
- 😊 Conhecer Português, Libras e ter empatia
- 😊 O domínio na Libras e contato com os surdos
- 😊 Conhecimento de Libras e a importância de confeccionar materiais acessíveis para alunos serem bilíngues e dominarem os conteúdos pedagógicos na Libras
- 😊 Conhecimento da Libras e domínio de Libras
- 😊 Conhecimento aprofundado em libras
- 😊 Conhecimento em Libras
- 😊 Domínio da Libras e conhecimentos dos temas abordados
- 😊 Fluência em Libras
- 😊 Conhecer e dominar a língua de sinais
- 😊 Ter domínio da língua
- 😊 Libras

Uso de metodologias e materiais didáticos

Essa categoria revela a preocupação dos respondentes com relação ao uso de metodologias, estratégias e recursos pedagógicos adequados e condizentes com as necessidades dos alunos surdos, reforçando a Pedagogia Visual, ou seja, uma pedagogia rica em interações linguísticas em Libras, em recursos visuais, priorizando didática “séria” e bilíngue (L1 e L2), e o ensino participativo, de acordo com a realidade desse aprendiz.

Argumentos apresentados pelos participantes:

- 😊 Conhecer e fazer uso de metodologias pautadas na Pedagogia Visual

- 
- 😊 Domínio de Libras e didática de ensino para variar os métodos e utilizar bastante recurso visual
 - 😊 Metodologia séria
 - 😊 Estratégias didáticas
 - 😊 Materiais para os surdos - Libras como L1 e português como L2
 - 😊 Estratégias de ensino participativo com reflexão da realidade do ensino

Formação continuada e inicial

A formação continuada e inicial se destaca na visão desses respondentes, de modo que o aluno surdo seja o foco do processo de ensino e aprendizagem, não como um “protótipo”, mas como um aluno dotado de diferença linguística, investindo na formação como algo contínuo. É importante destacar a preocupação de alguns respondentes com conteúdo, por exemplo, com a gramática da Libras, os Parâmetros Classificadores, assim como conhecimentos linguístico e cultural, inclusive por meio de contato com outros educadores surdos e com familiares.

Entre os argumentos, destacam-se:


- 😊 Formação contínua para trabalhar com as demandas atuais
- 😊 Entendimento de que há um mundo de nuances quando se fala do "protótipo" de "aluno surdo"
- 😊 Cursos de reciclagem
- 😊 Jamais parar de estudar e pesquisar sobre a temática
- 😊 Gramática da Libras, os Cinco Parâmetros, Classificadores, Vocabulários, Verbos etc.
- 😊 Conhecimento Linguístico e Cultural
- 😊 Formação adequada e conhecimento das especificidades do aluno surdo
- 😊 Formação continuada, contato com outros educadores de surdos para debater a prática docente
- 😊 Formação continuada, trabalhar em parceria com os pais

Reconhecimento do sujeito surdo, da identidade e da cultura

O conteúdo dessa categoria já havia sido mencionado, contudo, as justificativas detalham e reiteram o significado de cultura e identidade surda, a importância do papel do professor em reconhecer e valorizar essa temática em suas práticas docentes, pois o aluno surdo é um ser humano com especificidades linguísticas e culturais, que merece empatia e respeito.

Além disso, ressalta-se na resposta o respeito à diversidade de alunos surdos, como o aluno sinalizante, o oralizado, o implantado entre outras singularidades. Para esse respeito e valorização, sugerem-se o conhecimento da história dos surdos e visitas a associações ou contextos nos quais o aluno possa se identificar e construir suas referências linguísticas e culturais.

Alguns dos argumentos apresentados são:

- 
- 😊 Conhecer o sujeito surdo e ter prazer em ensinar
 - 😊 Contato com a cultura
 - 😊 Conhecer a cultura surda
 - 😊 Conhecimento da cultura surda e como acontece a aprendizagem do surdo com suas especificidades entre outros
 - 😊 Ter empatia e estar aberto para novos conhecimentos
 - 😊 Saber que ser fluente em Libras não significa que o professor sabe dar aula para surdo, mas também precisa usar metodologia em sala de aula
 - 😊 Interessante, motivação e empenho
 - 😊 Compreender as especificidades do aluno surdo
 - 😊 Compreender os tipos de identidades surdas
 - 😊 Conhecer a história dos surdos
 - 😊 Saber respeitar os diferentes tipos de surdos (implantado, D.A, etc...)
 - 😊 Levar os alunos em associações de surdos ou trazer uma pessoa surda protagonista dentro da educação para abordar sobre identidade e cultura surda
 - 😊 Conhecer o aluno, identificar se ele é realmente surdo ou D.A, primeiro passo para lidar com a pessoa
 - 😊 Conhecer a cultura surda

As respostas anteriores revelam os saberes de graduandos e pós-graduandos do INES sobre o que deve ser de conhecimento de profissionais para atuarem com alunos surdos. A partir desses entendimentos sobre as necessidades, buscamos investigar o que buscam para atualizarem ou ampliarem seus conhecimentos em prol de uma formação adequada sobre a educação de surdos.

😊 **Textos ou conteúdos utilizados pelos participantes para atualizar e/ou ampliar os conhecimentos sobre educação de surdos**


É interessante verificar o interesse dos participantes da pesquisa em aprofundar seus conhecimentos e a que recorrem para alcançarem esse objetivo. As respostas apontam para duas categorias:

- 😊 Textos teóricos
- 😊 Palestras, Blogs e Vídeos

Textos teóricos

Essa categoria revela a recorrência de leitores e estudiosos de textos científicos (artigos, teses, dissertações...) com foco na temática de educação de surdos. Mostram a atualização preocupados com autores reconhecidos e renomados, além de documentos jurídicos que amparam surdos em seus direitos. Seguem os principais exemplos:

- 😊 Textos da graduação
- 😊 Artigos científicos e algumas pesquisas

- 
- 😊 Foco principalmente no ensino de LP2
 - 😊 Livros e artigos sobre o tema
 - 😊 Dissertações e teses de mestrado ou doutorado da área
 - 😊 Livros e artigos científicos atualizados
 - 😊 Tudo que envolve essa temática
 - 😊 Textos de autores e pesquisadores reconhecidos pela academia
 - 😊 Textos acadêmicos e livros referentes a educação de surdos
 - 😊 Normativas e metodologias próprias para esses alunos
 - 😊 Artigos, legislação e livros
 - 😊 Textos voltados para a tradução, linguística, negócios, idiomas
 - 😊 Artigos sobre surdez
 - 😊 Ficar atualizada com relação leis sobre a educação de surdo
 - 😊 BNCC, DECRETO 5626/2005 para consulta, artigos sobre o assunto.
 - 😊 Documentários

Palestras, blogs e vídeos

Essa resposta mostra a importância de outros meios de veiculação de conhecimento para os participantes, que os levaram a agregar conhecimentos, sobretudo no momento da coleta de dados, em que era significativo o número de cursos e eventos online, devido à pandemia e ao isolamento social provocados pelo coronavírus. Diversos foram os meios digitais nos quais se ampararam para ampliar conhecimentos: blogs, lives, palestras tanto de pesquisadores surdos como ouvintes.

Seguem os argumentos apresentados


- 😊 *Blogs* e vídeos de surdos
- 😊 Recursos pedagógicos e lives
- 😊 Palestras, simpósios a respeito
- 😊 Mídias
- 😊 Cursos e eventos realizados pela Associação dos Surdos
- 😊 *Lives* sobre pesquisadores surdos e ouvintes

A última pergunta do questionário buscou identificar o conhecimento dos participantes com relação aos documentos jurídicos que amparam a educação de surdos no Brasil, revelando informações importantes a serem refletidas.

Vejamos essa temática no item a seguir.

😊 **Documentos que amparam a educação de surdos mais conhecidos pelos participantes**

De acordo com as respostas dos participantes, os documentos jurídicos mais conhecidos são a Lei que inclui a educação bilíngue na LDB e a Lei Brasileira de Inclusão para Educação Especial com foco em sujeitos surdos. Foram citados



também outros amparos legais, apresentados a seguir em ordem decrescente de apresentação pelos participantes.

- 👉 Lei que inclui Educação Bilíngue...
- 👉 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- 👉 Lei Brasileira de Inclusão
- 👉 Base Nacional Comum Curricular
- 👉 Plano Nacional de Educação
- 👉 Proposta Curricular para o ensino de Língua Portuguesa como L2 para surdos e surdocegos
- 👉 Declaração Nacional dos Direitos Humanos
- 👉 Constituição Federal
- 👉 Decreto de Libras

Apresenta os que a educação bilíngue de surdos utiliza duas línguas em Libras como L1 e o português escrito como L2, o ensino pode cumprir em todas as escolas, por isso que os apoiam e influenciam mesmo no uso de Libras no ensino de alunos surdos no Brasil. Portanto a lei diz que a proposta de educação de surdos ofereceu que terá início ao zero ano de idade e no ensino infantil, contudo que os adultos surdos já concluíram no ensino médio e eles têm direito de matricular nas salas de recursos pois tentam a capacidade de reaprender.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, retomamos ao começo, como um ciclo, que se renova constantemente e nos leva a refletir, recriar, repensar, reestruturar, reciclar, readequar, rever, recuperar, reinventar... O prefixo *-re* aqui simboliza e demarca o papel docente, no sentido de estar sempre disposto a fazer novamente, em um processo criativo e insistente. Por isso, nas considerações finais, rerepresentamos o interesse pelo tema abordado neste livro: uma palestra proferida por uma colega sobre Bilinguismo. Antes disso, em uma visita a uma escola estadual no estado de Rondônia, verifiquei que muitos professores de lá desconheciam a língua de sinais.

Paralelamente a isso, presenciava dentro de meu grupo de contatos muitos alunos surdos de vários estados sentindo-se prejudicados em seu processo de ensino e aprendizagem e eu não compreendia essa situação, achando, até, que não queriam estudar. Essa inquietação me levou a pesquisar sobre bilinguismo e, durante o estágio da faculdade, a mesma situação se repetia.

Após ingressar no curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da UFF, decidi focar a pesquisa no papel de professor bilíngue para surdos, pois esse é um dos primeiros desafios para uma educação de qualidade: a formação do professor, no nosso caso, a formação do professor bilíngue, que interage e pensa em língua de sinais com seus aprendizes.

Está posto o primeiro problema: uma das indignações na descoberta foi justamente relativa à oferta da disciplina obrigatória de Libras nos cursos de Pedagogia e outras Licenciaturas, conforme previsto em lei, que não se aplica de forma adequada e satisfatória, pois a carga horária é muita pequena, impactando, certamente, na formação desse professor. E como o graduado em Pedagogia poderá estar capacitado para atuar como professor e dar aulas para alunos surdos, se a formação inicial não contemplou essa formação, incluindo, também, uma formação na área de Educação de Surdos?

Verificamos na pesquisa que muitos buscam a formação continuada em cursos de especialização de Libras ou cursos de aperfeiçoamento, porque nem sempre se sentem preparados para o ofício proveniente de sua formação inicial. Por esse motivo, evidencia-se a falta de professores para a área de Educação de Surdos. O professor mal formado pode se tornar um sujeito inseguro para ensinar alunos surdos. A prática docente é também fruto de aprendizado e a profissão de professor bilíngue deve ser valorizada, mediante investimentos para sua qualificação, cada vez mais adequada e comprometida com as políticas educacionais e linguísticas.

Vale ressaltar as percepções e os saberes de participantes de cursos de pós-graduação do INES, que demonstram satisfação com os cursos realizados, com relação aos conteúdos abordados sobre educação de surdos e sobre a atuação profissional com aprendizes surdos. Diante disso, consideramos lamentável que o Instituto não ofereça cursos de pós na



modalidade a distância, que poderiam contribuir significativamente para o desenvolvimento maior de profissionais de outros estados para essa aquisição e troca de conhecimentos.

Neste livro, o intuito é divulgar e esclarecer sobre formação docente para atuarem com alunos surdos e contribuir com informações sobre a educação de surdos, a cultura surda, a identidade surda e os saberes de docentes ouvintes sobre essa temática. Ao finalizar, trazemos duas questões marcantes apresentadas pelos participantes: as relações entre o professor e o aluno surdo e o alfabetização de surdos.

Tomemos essas questões para nossas formações e práticas pedagógicas, em busca constante de promover o contato entre pares (professores, alunos) de modo que a alfabetização não seja mecânica ou inadequada, deturpada por métodos direcionados a alunos ouvintes, quando nosso público-alvo é o aluno surdo. Para isso, é importante (re)aprender a língua de sinais, buscar novos conhecimentos e aprofundar ou refletir sobre os já existentes.

Provavelmente esse seja o grande desafio: construir um futuro melhor para professor qualificado. Muitos alunos surdos estudam em escolas inclusivas e regulares, é preciso que os professores que conheçam a cultura surda, acompanhem a luta da comunidade surda nas escolas, reconheçam o verdadeiro sentido da expressão Cultura surda e reforcem em seus contextos escolares e sociais que os surdos têm direito à educação, e não a favores e conveniências políticas.

Recomendamos a leitura da pesquisa mais ampla, realizada no curso de Mestrado em Diversidade e Inclusão, que gerou este livro e que pode ser acessada pelo QRCODE a seguir.

Não nos esqueçamos nunca: Ser professor é um ato de coragem e de amor!





REFERÊNCIAS SUGERIDAS

- Aranha, M. L. de A., & Martins, M. H. P. (2003). **Filosofando**. São Paulo: Moderna.
- BRASI. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988, 1988.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso Nacional. DF: Brasília, 1996.
- _____. **Decreto lei nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2005.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 set. 2010.
- _____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial. República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação**. Brasília: MEC. SEMESP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- _____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Em acesso 28 abr. 2021.
- DAMÁZIO, M. F. M., & ALVES, C. B. (2010). **Atendimento Educacional Especializado do aluno com surdez**. São Paulo: Moderna.
- FERNANDES, Sueli. **Avaliação escolar e educação bilíngue para surdos: a questão das línguas na política de inclusão**. In: ALMEIDA, Maria Amelia; MENDES, Eniceia. G. A escola e o público-alvo da educação especial: apontamentos atuais. São Carlos: Marquezine & Manzini, 2014.
- FERREIRA, Vitória Fidelis. Uma Experiência de Inclusão no curso de Libras. **Revista Arqueiro**, p. 16-20, 2000.
- GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Socio-interativa**. São Paulo: Plexus, 1997.
- HONORA, Márcia. **Inclusão Educacional de Alunos com Surdez: concepção e alfabetização: ensino fundamental, 1º ciclo**. 2014.
- Instituição, Relatos e Lendas: **Narratividade e Individuação dos Sujeitos / Organização por Eni P. Orlandi**. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016. Disponível em: <https://www.univas.edu.br/docs/biblioteca/Instituicao-Relatos-e-Lendas.pdf>. Acesso em: 02 abr 2021
- LACERDA, C. B. F. **O intérprete de língua Brasileira de Sinais: Investigando Aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.



LODI, Ana Claudia Balieiro. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial** e o Decreto nº 5.626/05. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 1, p. 49-63, 2013.

MOURA, Maria Cecília. **O surdo: caminhos para uma nova Identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

RODRIGUES, Davi. **Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional**. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 2, p. 7-17, jul./out. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=401-revista-inclusao-n-6&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em 04 abr. 2021

ROSA, E. F. **Educação de Surdos: entre a realidade e a utopia**. In: SÁ, N. R. L. de. Surdos: qual escola? 22. Ed. Manaus: Valer; Edua, 2011. p. 141.

ROSSI, R. A. **A Libras como disciplina no ensino superior**. Revista de Educação, v. 13, n. 15, 2015. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/libras/leitura1.pdf>. Acesso em 06 abr. 2021

RUSSO, Ângela. **Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção**. Porto Alegre, RS: 2009.

SÁ, N. L. **Existe uma cultura surda?** 2002. Disponível: http://www.letras.ufmg.br/padrao cms/documentos/eventos/dialogosdeinclusao/cultura_surdaNidiaSa.pdf. Acesso em 02 abr 2021

SANDER, B. **Gestão da Educação na América Latina: Construção e Reconstrução do Conhecimento**. Autores associados, 1ª edição, 1995.

SANTOS, K. A. S.; MARTINS, D. A. **Formação do intérprete de língua brasileira de sinais: desafios e possibilidades no contexto da educação inclusiva e bilíngue para surdos**. In: 88 Colóquio Internacional de Educação, Cidadania e Exclusão: didática e avaliação, n. 1, 2015. Rio de Janeiro. Anais.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/03.pdf> em acesso 28 abr 2021

_____. **As imagens do Outro sobre a cultura surda**. Florianópolis. Edu da UFSC, 2013.

TORRES, Denise Rosa. Considerações sobre a comunidade surda: aprendendo a despertar. **Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: out, 2018**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52352/consideracoes-sobre-a-comunidade-surda-aprendendo-a-despertar>. Acesso em 03 abr 2021